

4

ASPECTOS DA SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tendo em vista as discussões promovidas anteriormente, buscaremos, no presente capítulo, fornecer uma explicação sintática para o fenômeno dos verbos meteorológicos flexionados no plural em concordância com um antecedente de natureza locativa/temporal. Para tanto, iremos fazer uma discussão sobre diversos aspectos da sintaxe do Português Brasileiro que poderiam estar, de algum modo, relacionados ao fenômeno aqui em estudo. O capítulo está organizado da seguinte forma:

Em primeiro lugar, discutiremos a hipótese de que o PB estaria passando por um processo de mudança e se tornando uma língua de sujeito preenchido e deixando de ser, portanto, uma língua de sujeito nulo. Nessa linha de raciocínio, discutiremos a dita *Hierarquia de Referencialidade*, proposta por Cyrino, Duarte & Kato (2000) e o quanto os verbos meteorológicos flexionados no plural poderiam estar relacionados aos fenômenos associados a tais questões.

Isso feito, abordaremos a suposta tendência do PB de ser uma língua orientada para o tópico (Pontes, 1987). Uma vez que os elementos locativos/temporais com os quais os verbos meteorológicos estariam concordando poderiam ser considerados elementos topicalizados, tal proposta poderá nos fornecer uma linha de abordagem para a concordância plural dos verbos aqui em estudo, sobretudo se levarmos em conta que, no PB, tópicos têm disparado a concordância em outros contextos sintáticos.

Será nosso objetivo, também, discutir a natureza argumental do antecedente com os quais os meteorológicos concordam e a natureza da posição sintática em que estes elementos estariam alocados. Segundo a literatura corrente em linguística gerativista, haveria duas possibilidades para se alocar esse elemento, na posição efetivamente destinada ao sujeito (Avelar & Galves, 2011, dentre outros)

ou em categorias outras que são postuladas especificamente para abrigá-los (Munhoz & Naves, 2010, 2012; Munhoz, 2011).

Por fim, discutiremos a geração de orações relativas em geral e a geração de orações relativas não padrão no PB, seguindo a linha de abordagem proposta por Kato & Nunes (2009). Ao fim de cada seção, discutimos como os verbos meteorológicos poderiam ser abordados segundo as questões discutidas na respectiva seção. Ao fim, faremos um breve apanhado das discussões aqui promovidas e apontaremos para um experimento que será reportado no capítulo seguinte.

4.1.

O parâmetro do sujeito nulo

Parâmetro *pro-drop* ou parâmetro do sujeito nulo (Chomsky, 1981 *apud* Duarte, 1996) é aquilo que se convencionou chamar na literatura gerativista de a possibilidade, em determinadas línguas (v.g. o italiano e o espanhol), do licenciamento de estruturas em que o sujeito sentencial pudesse ser omitido, em oposição a línguas (v.g. o inglês e o francês) em que essa omissão não pudesse ser realizada, ou seja, línguas cujas sentenças têm que ter, obrigatoriamente, um sujeito expresso. Diante desse cenário, já há algum tempo que se vem abordando, quanto à sintaxe do Português Brasileiro, a possível mudança que essa língua tem sofrido no que diz respeito a esse parâmetro: o PB estaria deixando de ser uma língua de sujeitos nulos para se tornar uma língua de sujeitos obrigatoriamente preenchidos. Como sugere a tese de Tarallo (1983, *apud* Galves, 1996: 388), esse fenômeno teria passado a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, segundo Duarte (1996), ele estaria estritamente relacionado à redução do paradigma flexional dos verbos⁴⁰, que passou da distinção entre seis formas verbais (primeira, segunda e terceira pessoas do singular e do plural) a apenas três (uma forma para a primeira pessoa do singular – *eu canto*; uma forma para a segunda pessoa do singular, para a terceira pessoa do singular e para a primeira do plural – *você/ele/a gente canta*; e uma forma para a segunda pessoa do plural e

40 De acordo com Roberts (1996: 412-413) e Huang (1984: 534), essa ideia surge, na teoria gerativa, no trabalho de Taraldsen (1979) e, segundo Huang (1984: 535-536) recebe fortes evidências empíricas do pashto, uma língua falada no Afeganistão.

para a terceira pessoa do plural – *vocês/eles cantam*⁴¹). Essa redução, que dificultaria a recuperação do sujeito caso este fosse nulo, seria um elemento favorecedor da mudança em questão. Ao contrário, línguas cujo paradigma flexional fosse rico tornariam mais fácil tal recuperação, de modo que seria mais comum que essas admitissem o sujeito nulo.

É preciso lembrar, porém, que o trabalho clássico de Huang (1984) levantou um problema para esse tipo de explicação totalmente baseado na riqueza da morfologia verbal, já que, segundo este autor, algumas línguas (v.g. o chinês, o japonês e o coreano) são línguas em que não há qualquer sistema de concordância entre o sujeito e o verbo, e, por isso, deveriam ser línguas de sujeito pleno, nunca permitindo a queda do sujeito. No entanto, essas línguas são as que têm as maiores liberdades quanto à omissão do sujeito. Isso ocorreria porque o licenciamento do sujeito nulo, nessas línguas, está relacionado à coindexação desse tipo de sujeito a um elemento que *c-comanda*⁴² essa posição, uma espécie de tópico discursivo (Huang, 1984: 561-562). Na verdade, segundo Roberts (1996: 413), não seria necessário sequer apelar para as línguas orientais, pois algumas línguas germânicas de sujeito pleno, ou seja, que não permitem o sujeito nulo (v.g. o alemão e o islandês), têm um rico paradigma flexional. Ora, se paradigma flexional rico é o fator determinante, então as línguas germânicas deveriam apresentar sujeitos nulos e as orientais nunca os deveriam apresentar. E não é o que acontece.

Diante desse aparente problema, Jaeggli & Safir (1987 *apud* Duarte, 1996: 108-109) argumentam que o fator determinante, então, não é a riqueza do paradigma flexional, mas sua *uniformidade morfológica*. Paradigmas morfológicamente uniformes licenciariam o sujeito nulo e paradigmas não uniformes ou mistos não o licenciariam. Segundo os autores, os *paradigmas uniformes* se dividem em dois tipos: os de *formas não derivadas*, ou seja, quando o paradigma flexional é composto apenas pelo radical do verbo, em línguas como

41 *cf.* a Tab. 1: *Evolução dos paradigmas flexionais do português* em Duarte (1996: 109).

42 Assumimos, neste trabalho, que o leitor está familiarizado com o formalismo gerativista. Caso não esteja, recomendamos a leitura de algum manual básico sobre o gerativismo, tais como Mioto, Silva & Lopes (2007). Para um texto mais avançado, leia-se Hornstein, Nunes & Grohman (2005). Não nos preocuparemos, portanto, com a definição de relações como as de *c-command* ou quaisquer outras que porventura surjam ao longo do texto, a não ser que tal definição seja diretamente relevante para a discussão que estivermos estabelecendo.

o chinês; e os de *formas derivadas*, ou seja, quando o paradigma flexional é composto pelo radical mais desinências (tempo, modo, número, etc.), como no italiano. Nesses casos, o sujeito nulo é licenciado, respectivamente, pelo tópico discursivo e pela morfologia verbal. Paradigmas mistos, por outro lado, seriam aqueles que apresentam tanto formas derivadas quanto formas não derivadas.

Aqui, porém, existe mais um problema, pois o francês antigo (Roberts, 1993 *apud* Duarte, 1996) era, aparentemente, uma língua de paradigma misto⁴³ que licenciava o sujeito nulo, inviabilizando a proposta de que o fator determinante quanto ao licenciamento seria a uniformidade do paradigma flexional. Surge, assim, a ideia de que mesmo paradigmas não uniformes poderiam licenciar o sujeito nulo, desde que fossem considerados *funcionalmente ricos*, ou seja, possuindo um número de oposições limitado, apresentando apenas uma forma derivada (uma desinência zero, no caso da primeira pessoa do francês) e apenas um sincretismo (uma mesma forma para duas pessoas gramaticais distintas), sendo todas as demais distintas entre si. Com isso, os aspectos anteriormente levantados (riqueza e uniformidade flexional) são unidos na explicação do licenciamento do sujeito.

É nesse sentido que o estudo diacrônico de Duarte (1996), procurando estabelecer uma conexão entre a redução do paradigma flexional e a mudança quanto ao tipo de sujeito preferencial do PB, aponta para uma relação direta entre o primeiro fenômeno e o segundo. Assim, no período histórico (final do século XIX e duas primeiras décadas do século XX) em que o paradigma flexional é funcionalmente rico, apresentando seis formas verbais, a preferência do falante seria pelo sujeito nulo. Por outro lado, à proporção que o paradigma flexional se reduz (a partir da terceira década do século XX), perdendo a segunda pessoa direta (*tu*), haveria uma predileção do falante pelos sujeitos preenchidos, uma vez que o paradigma verbal perderia sua uniformidade e sua riqueza funcional. Essa correlação leva a autora inclusive a afirmar que “...a redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua 'pro-dop' que o português do Brasil apresentava antes de 1937” (Duarte, 1996: 123). Tal tendência, aliada à

43 Ao que parece, o francês antigo possuía uma forma derivada na primeira pessoa do singular, formada apenas pelo radical do verbo e por uma desinência zero, e formas não derivadas nas demais pessoas, formadas pelos radicais dos verbos mais as desinências.

crescente percepção de que o PB estaria aceitando construções de duplo sujeito, chamadas também de construções de tópico (Pontes, 1987), caracterizariam o Português Brasileiro como uma língua de sujeito preenchido. Estaria havendo, portanto, nas palavras de Duarte, a “emergência de uma gramática brasileira”, de modo que o sujeito nulo pronominal referencial teria se tornado a forma marcada da língua, no sentido de ser menos frequente, enquanto o sujeito preenchido teria se tornado a forma menos marcada, ou seja, a mais frequente⁴⁴.

Gostaríamos de ressaltar, ainda, que o parâmetro do sujeito nulo subjaz não apenas ao fenômeno de omissão do sujeito (presença de sujeitos nulos referenciais e não referenciais), como fica claro no trabalho de Duarte, mas a alguns outros aspectos da organização estrutural das sentenças de uma língua, como a inversão sujeito-verbo, a extração de sujeitos de uma ilha QU- e a violação do filtro *that-t* (do inglês *that trace*, ou *vestígio que*) (cf. Laperuta, 2004; Lucchesi, 2009 e Barbosa, 2002, dentre outros, para exemplos desses fenômenos no português). Observe que o que se defende nessas propostas, então, é a ideia de que ambos os diferentes tipos de sujeitos (referenciais e não referenciais) e todos os aspectos estruturais a eles relacionados seriam manifestações de uma norma geral subjacente, um parâmetro da gramática. Essa visão é importante porque confere um maior poder “explicativo e preditivo” (Lucchesi, 2009: 169) à teoria gerativista, além de justificar a sua teoria de aquisição, uma vez que a criança não tem de ser exposta a todas as manifestações de um parâmetro para fixá-lo, tornando a tarefa de aquisição muito mais simples.

A ideia, portanto, é que, se o PB é realmente uma língua de sujeito pleno, como afirma a literatura, não apenas os sujeitos referenciais (como os do trabalho de Duarte) se manifestariam, mas os demais aspectos estruturais acima citados também teriam que se manifestar nessa língua. Seria esperado, desse modo, que o PB começasse a não permitir mais a inversão sujeito-verbo, não permitisse a extração do sujeito de uma ilha QU- e não permitisse que o sujeito fosse alçado acima de um complementizador preenchido (violação do filtro *that-t*). Seria esperado, também, que essa língua apresentasse sujeitos expletivos plenos. Este

44 Deve-se salientar que análises recentes (Figueiredo Silva, 1996; Barra Ferreira, 2000; Rodrigues, 2004) propõem que o sujeito nulo de terceira pessoa ainda presente na gramática do PB é do tipo variável.

último é justamente o aspecto abordado nesta dissertação, sobretudo na próxima seção.

4.1.1.

Sujeitos não referenciais preenchidos

A proposta de que o PB estaria se tornando uma língua de sujeitos obrigatoriamente preenchidos tem sido levantada já há algum tempo e parece vir sendo corroborada empiricamente, conforme discutido acima. Línguas de sujeito preenchido, no entanto, apresentam sujeitos plenos também em construções em que este é não referencial, como nas orações impessoais, nas existenciais, nas com verbo de alçamento e nas apresentativas. O PB, porém, não apresentaria sujeito preenchido nestas condições, como ilustram as sentenças apresentadas nos exemplos de (14) a (17), abaixo, que comparam o inglês e o francês, línguas reconhecidamente de sujeito preenchido, com o PB. Nestes casos, o PB apresentaria um *pronome expletivo nulo* (representado pelo símbolo [_] nas sentenças em c.), enquanto o inglês e o francês apresentariam um *pronome expletivo pleno*, ou seja, com material fonético. De qualquer forma, tal pronome teria, nas três línguas em questão, uma natureza não referencial, ou seja, estaria presente apenas por motivos estruturais, não portando qualquer conteúdo semântico (na proposta gerativista, estaria presente para satisfazer o Princípio de Projeção Estendido, ou EPP, que postula que toda sentença deve ter um sujeito ou, em termos minimalistas, para satisfazer um traço EPP em T, que requer o preenchimento do seu especificador (cf. Hornstein, Nunes & Grohmann, 2009 para uma discussão).

(14) Construções impessoais

- a. **It** rains a lot on May
- b. **Il** pleut beaucoup dans mai
- c. [_] Chove muito em maio

(15) Construções existenciais

- a. **There** is a boy in the garden

- b. **Il** y a un garçon dans le jardin
- c. [_] Tem um garoto no jardim

(16) Construções com verbo de alçamento

- a. **It** seems he's hungry
- b. **Il** semble qu'il a faim.
- c. [_] Parece que ele está faminto

(17) Construções apresentativas

- a. **There** appeared a wolf (exemplo 4b, de Duarte, 2003)
- b. **Il** a apparu un loup
- c. [_] Apareceu um lobo (exemplo 4a, de Duarte, 2003)

Diante desses fatos, fica difícil afirmar que o PB seja uma língua de sujeito preenchido, uma vez que, em construções cujos sujeitos esperados seriam expletivos plenos, o PB ainda apresentaria sujeitos nulos. Uma possibilidade, levantada por Duarte (2003), porém, é a de que o PB se encontra ainda num processo de mudança, de modo que, uma vez estando implementada, para os sujeitos referenciais, a mudança no parâmetro do sujeito nulo, essa mudança começaria a ser implementada, também, para os sujeitos não referenciais de construções como as de (14) a (17), acima, conforme a Hierarquia Referencial proposta por Cyrino, Duarte & Kato (2000).

De acordo com essa proposta, o estatuto referencial do antecedente do pronome sujeito teria um papel crucial na sua realização como um pronome pleno ou como um pronome nulo. Essa realização seria regida pela dita *Hierarquia Referencial* (Figura 4) e pela *Hipótese do Mapeamento Implicacional*, que postula: (i) que quanto mais referencial um elemento na Hierarquia, maior a possibilidade de ele ser realizado como um pronome não nulo, ou seja, como um pronome pleno; e (ii) que uma variante nula em um ponto específico da escala de Hierarquia implica uma variante nula à sua esquerda.

Essa hipótese parece ser confirmada, segundo as autoras, pela relação estabelecida, na história do PB, entre a diminuição dos sujeitos nulos e,

inversamente, o aumento dos objetos dessa mesma natureza. Especificamente no que diz respeito ao sujeito, no PB parece que aqueles com traço [+ Humano], determinados ou arbitrários, justamente os mais altos na Hierarquia, foram os primeiros a se realizarem através de pronomes plenos, enquanto os expletivos (mais baixos na Hierarquia) continuam se realizando através de pronomes nulos.

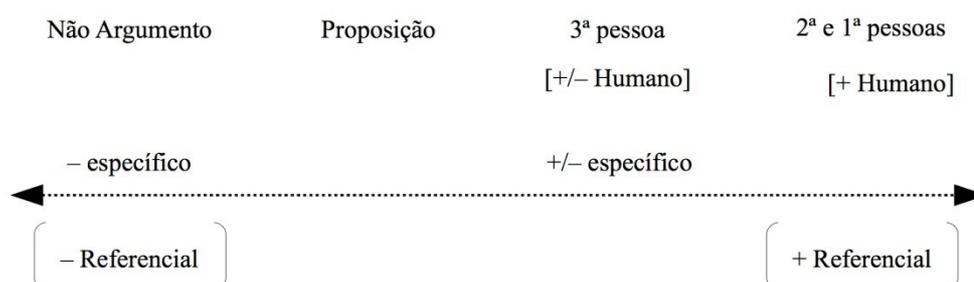


Figura 4: Hierarquia Referencial (Cyrino, Duarte & Kato, 2000; Kato et al., 2006; Duarte, 2012: 12)⁴⁵.

Esse padrão, no entanto, se o PB está num processo de mudança, deveria estar se alterando, no sentido de que os sujeitos não referenciais começassem a se realizar através de pronomes plenos. E é exatamente o que parece estar acontecendo com os verbos *ter* e *ver* existenciais. Conforme afirma Duarte (2003), tais verbos têm apresentado, frequentemente, um sujeito não referencial preenchido *você*, como ilustram as sentenças em (18a e b). Além disso, em sentenças como as de (18c e d), um demonstrativo *isso* parece estar preenchendo essa posição de um sujeito não referencial realizado⁴⁶.

(18) a. **Você** não tem mais clientela no centro da cidade

b. **Você** vê muito concreto na tua frente

(exemplos 5b e 6b, de Duarte, 2003)

c. **Isso** era em torno de vinte pessoas.

d. **Isso** já faz muito tempo. (exemplos apresentados na nota 6, de Kato et al., 2006)

45 Nesta Hierarquia, sujeitos de natureza proposicional são aqueles em que uma oração (um CP, na teoria gerativista) é o sujeito da sentença, como na frase (i), abaixo, em que o sujeito de “não era verdade” é toda a proposição “que Bruna estava cansada”.

(i) Amanda falou [que Bruna estava cansada], mas [_]; não era verdade.

46 A ideia de que esses pronomes são verdadeiros expletivos, porém, não é ponto pacífico. Leia-se, nesse sentido, Marins (2013: 32-39), autora com a qual concordamos.

Além disso, em pesquisa sociolinguística reportada no artigo citado, parece haver já a insinuação de uma tendência ao preenchimento dos sujeitos em construções existenciais. Para o caso do verbo *ver* existencial, o preenchimento do sujeito, supostamente nulo, é categórico, ou seja, ocorrendo em cem por cento dos casos. Para os verbos *ter* e *haver* existenciais, esse preenchimento ocorre em cerca de um quarto dos casos⁴⁷. Logo, a forma mais frequente, para estes verbos, ainda é a do sujeito nulo. Contudo, tais percentuais parecem indicar uma tendência ao preenchimento, que deverá ou não ser confirmada futuramente.

Todos esses dados, portanto, sugerem que o parâmetro do sujeito nulo, no PB, realmente está se alterando e o PB estaria, então, se tornando uma língua de sujeitos preenchidos e, logo, deixando de ser uma língua de sujeitos nulos prototípica. É comum, hoje, que o PB seja referido como uma língua de sujeito nulo parcial (Holmberg, 2010; Modesto, 2000).

4.1.2.

Sujeitos expletivos e verbos meteorológicos

O caso dos verbos meteorológicos, então, poderia ser visto dentro desse contexto de mudança linguística por que passa o PB. Tais verbos são, como já postulava a Gramática Tradicional, impessoais, ou seja, não possuem um sujeito. A literatura gerativista, porém, como já afirmado, postula que toda sentença deve possuir um sujeito, mesmo que este não se realize foneticamente, ou seja, mesmo que seja um sujeito nulo, de natureza referencial (com conteúdo semântico) ou de natureza expletiva (sem conteúdo semântico). Verbos meteorológicos, por isso, devem apresentar um sujeito sem conteúdo semântico. No entanto, como não encontramos, no PB, expletivos plenos como o *it* do inglês ou o *il* do francês, o que se postula é que tal posição é preenchida por um sujeito nulo de natureza apenas gramatical, um *pro expletivo*.

Segundo a literatura que vimos até agora resenhando, porém, o PB está passando por um processo de mudança segundo o qual, após o preenchimento dos sujeitos nulos referenciais, estaríamos chegando ao momento do preenchimento dos sujeitos nulos não referenciais (Duarte, 2003). Os verbos meteorológicos,

47 Cf. Tabela 2. Preenchimento vs. não-preenchimento da posição à esquerda do verbo, de Duarte (2003).

então, deveriam estar neste segundo grupo, com a posição de sujeito das sentenças em que ocorrem passando a ser ocupada por um sujeito pronunciado.

A natureza desse elemento, porém, é um mistério. A questão que naturalmente se coloca é se os sujeitos expletivos nulos deveriam estar se tornando expletivos plenos, ou seja, deveriam se apresentar na forma de um lexema expletivo, uma palavra da língua, como o *il* do francês e o *it* do inglês. O que normalmente se reporta na literatura a este respeito (*cf.* exemplos (18), acima) é o caso do pronome da segunda pessoa (*você*) ou de um pronome demonstrativo (*isso*) desempenhando essa função. Sendo assim, o que se esperaria, com os verbos meteorológicos, seria algo como o visto em sentenças como as de (19a), abaixo, na qual um demonstrativo (*aquilo*) ocorre na posição de sujeito do verbo. No entanto, dados desse tipo também são encontrados em Português Europeu, como ilustra a sentença (19b), apresentada por Costa (2010).

(19) a. Petrópolis é uma coisa. **Aquilo** chove demais!

(exemplo atestado de Berlinck, Duarte & Oliveira, 2009: 143)

b. O Largo Camões, **aquilo** faz um frio.

(exemplo de Costa, 2010)

No entanto, o fenômeno em estudo neste trabalho não é dessa natureza. O que reportamos aqui é o caso de sentenças em que um verbo meteorológico supostamente estabelece concordância com um sintagma à esquerda da sentença⁴⁸, como as sentenças atestadas em (20), abaixo⁴⁹:

48 Observe-se, porém, a possível semelhança que temos entre os verbos meteorológicos e o caso de verbos como *gotejar*, que tem uma leitura pessoal (v.g. *a torneira gotejava incessantemente*), mas que pode ocorrer em estruturas como as de (i), abaixo.

- (i) a. Cê lembra **daqueles dias** que gotejaram lá em casa? Que a telha tava quebrada?
b. Cê lembra **aqueles dias** que gotejaram lá em casa? Que a telha tava quebrada?

Nesses casos, o verbo concorda com um sintagma temporal que não poderia ser o sujeito em uma leitura “tradicional” do verbo *gotejar*, como mostra o contraste entre as sentenças em (ii).

- (ii) a. A torneira gotejava
b. *O dia gotejava

Nos exemplos em (i), como nos verbos meteorológicos, a concordância parece ocorrer tanto quando há um PP quanto quando há um DP antecedente e, exatamente como nas sentenças que inicialmente motivaram esta pesquisa, em orações relativas.

49 Como dito na introdução, o leitor deve ver os anexos para as frases completas e as referências

- (20) a. ...**uns verões** chovem, **outros** fazem sol...
- b. Sei que há **lugares** que chovem menos do que outros,
- c. ...esses são **os lugares** que nevam,
- d. ...**em várias partes** da Argentina, Bolívia, Chile e Peru **nevam**, sendo que **algumas regiões** caem neve até no verão.
- e. ...o financiamento e o comando vem **dos países** que nevam.
- f. ...tem uma certa época em que **alguns países** nevam e outros não.

Sendo assim, a natureza do fenômeno aqui estudado não parece, a princípio, ser a mesma dos casos já reportados quanto ao parâmetro do sujeito nulo, isso porque temos elementos que não poderiam ser o argumento externo do verbo, mas que se comportam como o verdadeiro sujeito sintático, já que a concordância verbal é com eles realizada. Todavia, cabe ressaltar que, conforme nos lembra Duarte (2003), o sistema parece estar contornando a falta de um verdadeiro expletivo através de outras estratégias de preenchimento da posição de sujeito, o que fica claro no caso dos verbos de alçamento, como *parecer*, por exemplo. Nestes casos, um verbo de sujeito nulo, como ilustra (21a) pode receber um DP na posição que originalmente seria do sujeito (21b), inclusive com a concordância sujeito/verbo (21c).

- (21) a. [_] Parece que **o Brasil** tem quinze ou dezoito impostos
(exemplo atestado de Berlinck, Duarte & Oliveira, 2009: 143)
- b. **O Brasil**_i parece que [_]_i tem quinze ou dezoito impostos
- c. **Eu**_i pareço que [_]_i vou morrer de cansado depois de tanto trabalho

É tentador promover de imediato uma aproximação com o caso dos verbos meteorológicos. O mesmo, ou algo semelhante, poderia estar ocorrendo com eles. Uma vez que não há um *pro expletivo* lexical disponível na língua, e uma vez que a presença do sujeito preenchido tem se tornado uma tendência do idioma, seria esperado que outros elementos passassem a ocupar a posição destinada ao sujeito, inclusive disparando a concordância com o verbo. Todavia, temos que observar que, nas sentenças com verbos de alçamento, o que aconteceu foi o movimento do

aos *sites* da internet de onde foram tiradas.

sujeito ou do tópico da oração encaixada para a posição de sujeito da matriz (Henriques, 2012). Verbos meteorológicos, porém, não sub-categorizam uma sentença e, por isso, não haveria nenhum elemento a ser alçado. O que se pode dizer, no entanto, é que, em ambos os tipos de sentenças (com verbos de alçamento e com meteorológicos) pode estar havendo uma tendência a se evitar verbos em posição inicial (Kato & Duarte, 2005).

Especificamente no caso dos verbos meteorológicos, segundo nos sugerem os dados anedóticos colhidos na *internet*, possíveis candidatos a desempenhar a tarefa de preencher essa posição inicial seriam os elementos de natureza locativa ou temporal advindos do interior da própria sentença matriz (e não de uma encaixada) e alçados à posição de tópico sentencial, inclusive com concordância sujeito/verbo, como mostram os exemplos em (22).

- (22) a. [_] Chove muito **nesses dias de verão**
 b. **Esses dias de verão**_i chovem muito [_]_i

Na próxima seção, portanto, buscaremos tratar do fenômeno do tópico no PB a fim de vislumbrar como o caso dos verbos meteorológicos pode ser entendido em conformidade com o que se vem postulando, na literatura, sobre a natureza do tópico nessa língua.

4.1.3.

Resumo da seção 4.1

O que pretendemos discutir na seção 4.1 pode ser resumido como se segue:

Se o PB está passando por um processo de mudança no que diz respeito ao parâmetro do sujeito nulo, os verbos meteorológicos deveriam estar apresentando sujeitos expletivos lexicais. Talvez os pronomes demonstrativos *isso* ou *aquilo* possam vir a desempenhar tal função. Não é, porém, o que pretendemos discutir. Neste trabalho, discutiremos o fato de um DP à esquerda do verbo estar supostamente disparando a concordância verbo-sujeito. Tal fato pode ser entendido se pensarmos que, na ausência de verdadeiros expletivos lexicais, o sistema esteja permitindo a ocupação da posição de argumento externo por

elementos de natureza referencial.

4.2.

Português Brasileiro como língua de tópico

Desde a gramática grego-latina que a partição das sentenças em sujeito e predicado vem sendo tomada como padrão para a descrição das línguas em geral. No entanto, frente às inúmeras línguas não pertencentes ao ramo indo-europeu, ficou evidente que tal partição não era perfeitamente adequada para uma descrição precisa das línguas. O exemplo mais representativo dessa diferença parece ser o chinês, que, segundo Chafe (1975, *apud* Pontes, 1987), assenta-se, na verdade, na distinção tópico/comentário. Segundo este autor, o tópico se caracterizaria como “um quadro de referência 'dentro do qual a predicação principal se aplica'...”, de certo modo limitando “a aplicabilidade da predicação principal a um certo domínio restrito...”.⁵⁰

Assim sendo, o tópico, nessas línguas, teria algumas características que o definiriam, em contraste com o sujeito, como o fato de ser sempre um elemento definido, não precisar manter relações seletivas com o verbo, não ser determinado pelo verbo, não ter papel funcional constante, não concordar com o verbo, estar sempre em posição inicial e não desempenhar funções em diversos papéis sintáticos, como reflexivos, por exemplo. O tópico estaria, desse modo, se comparado com o sujeito em diversos aspectos, um tanto quanto desvinculado da sentença, sendo dependente mais do discurso. O sujeito, ao contrário, seria um elemento dependente da sentença.

Tendo em vista essas características, Pontes apresenta a hipótese, embasada por um profícuo levantamento de *corpus*, de que o PB seria uma língua de tópico. Além desse levantamento de *corpus*, algumas características das línguas de tópico, como o fato de as construções passivas serem marginais, de não existirem sujeitos expletivos plenos, de haver construções de duplo sujeito, de o tópico controlar a correferência (e não o sujeito) e de não existirem restrições quanto ao elemento que pode ser topicalizado, seriam aspectos que validariam a ideia de que

50 Cabe destacar, aqui, que o termo *tópico* tem pelo menos duas acepções correntes em linguística: a primeira o toma no sentido de *assunto* ou *tema*, como tema de um texto, por exemplo; a segunda, a que está aqui sendo utilizada, o toma como uma construção sintática específica, “no limiar entre sintaxe e discurso” (Pontes, 1987: 15).

o PB seria, de fato, uma língua de tópico e não uma língua de sujeito⁵¹. A hipótese é ainda defendida por Kato & Duarte (2008).

4.2.1.

O tópico e o empobrecimento flexional do PB

Frente à aparente tendência do PB a apresentar construções de tópico, Galves (1996) busca fornecer uma explicação estrutural para o fenômeno, relacionando-o, como fizera Duarte (1996) no que diz respeito ao preenchimento do sujeito, ao empobrecimento do paradigma flexional dessa língua. Desse modo, o PB seria uma língua com morfema de concordância fraco, ou seja, aquele em que Pessoa é um traço puramente gramatical ou sequer existente. A ideia central da autora, à época, era a de que, em línguas de concordância forte, o sujeito receberia Caso nominativo em [Spec, AgrP], a categoria mais alta do IP implodido (em AgrP e TP, conforme Pollock, 1989), não havendo, com isso, uma posição para o tópico. No PB, contudo, que seria uma língua de concordância fraca, o sujeito receberia Caso nominativo em [Spec, TP], onde estaria o morfema de concordância fraco, sendo que o [Spec, AgrP], acima de TP, se configuraria como uma posição suplementar onde o tópico poderia ser alocado, sendo este coindexado ao “verdadeiro” sujeito em [Spec, TP] ou a um pronome resumptivo em outra posição no interior da sentença. Essa análise seria responsável por explicar satisfatoriamente sentenças como (23), já apontadas por Pontes (1987), cujas estruturas – conforme Galves (1996: 398), árvore (5) – estão representadas em (24), com as posições do tópico [Spec, AgrP] e do sujeito [Spec, TP] em negrito:

51 Gostaríamos de ressaltar, porém, que a caracterização do PB como uma língua com proeminência de tópico não é ponto pacífico entre os pesquisadores. Kenedy (2011), por exemplo, apresenta uma pequena crítica a esta posição, ressaltando que as verdadeiras línguas de tópico “possuem uma morfossintaxe especial para a topicalização” (p. 74), o que não é o caso do PB. O autor ainda lembra que a maioria dos trabalhos que tratam do PB como uma língua de tópico pode estar equivocada porque aborda o tema apenas a partir de um ponto de vista puramente conceitual, fundado sobre a intuição linguística dos falantes nativos (p. 75). Por isso, busca apresentar evidências experimentais, obtidas em experimento *online* de *leitura automonitorada*, que parecem confirmar que o PB não é uma língua orientada para o tópico, mas, ao contrário, orientada para o sujeito. O autor ressalta, porém, que os resultados ainda são incipientes e que mais pesquisas são necessárias para uma conclusão segura. Outra crítica quanto a essa posição é feita por Costa (2010), de acordo com o qual estruturas normalmente atribuídas ao PB, mas não ao PE, são encontradas também nessa língua.

- (23) a. **Esse buraco** taparam ele outro dia
 b. **Essa competência** ela é de natureza mental

- (24) a. [_{AgrP} **Esse buraco**_j [_{Agr'} Agr [_{TP} *pro* [_{T'} taparam_i [_{VP} [_]_i ele_j]]]]]]
 b. [_{AgrP} **Essa competência**_j [_{Agr'} Agr [_{TP} **ela**_j [_{T'} é_i [_{VP} [_]_i de natureza mental]]]]]]]]

Essa natureza diferenciada da posição do sujeito em PB, relacionada ao empobrecimento do paradigma flexional, seria responsável por explicar diversos aspectos da sintaxe superficial do Português Brasileiro, como a emergência da ordem SV a partir do século XIX, o surgimento da possibilidade de objetos nulos, o desaparecimento dos clíticos e a queda do *se* passivador⁵².

4.2.2.

Concordância com tópico: características do tópico-sujeito

Ainda no que diz respeito à caracterização do PB como uma língua orientada para o tópico, alguns aspectos aparentemente típicos apenas dessa língua foram levantados por Galves (1998). De acordo com a autora, construções como as de (25) não são licenciadas no Português Europeu (PE):

- (25) a. **A balança** está consertando
 b. **Esta casa** bate muito sol
 c. **O relógio** estragou o ponteiro
 d. **A cueca de dinossauros do Calvin** está lavando.

(respectivamente, exemplos 1, 2, 3 e 7 de Galves, 1998)

O que chama a atenção nestas sentenças é o fato de os verbos estarem na voz ativa, mas não existir um sujeito agente com o qual estabeleçam concordância. Na verdade, como exemplificam as sentenças em (26), os verbos estão em aparente concordância com o NP pré-verbal, supostamente um tópico, mas que, nelas, assemelha-se ao sujeito, pois desencadeia a concordância. No PE

52 Para o tratamento de todas essas mudanças, remetemos o leitor interessado ao artigo da autora, uma vez que a abordagem de tais questões ultrapassa o escopo desta dissertação.

esse tipo de estrutura não é licenciado pela gramática, sendo necessário (i) um tópico claro, cuja posição no interior da sentença pudesse ser recuperado ou (ii) o uso do *se* índice de indeterminação do sujeito. Tais fatos atestariam, portanto, que o PB é claramente um língua orientada para o tópico.

- (26) a. As balanças **estão** consertando
 b. Estas casas **batem** muito sol
 c. Os relógios **estragaram** o ponteiro
 d. As cuecas de dinossauros do Calvin **estão** lavando.

Seja como for, alguns aspectos importantes da suposta concordância com o tópico são considerados pela autora a fim de caracterizar plenamente o fenômeno. O primeiro deles está ligado à relação que se instancia entre NP pré-verbal e um pronome resumptivo no interior da sentença. Como ilustram as sentenças em (27), o NP deve (i) concordar com o verbo (27a) ou (ii) ser retomado por um pronome resumptivo (27b). No caso de ambos (concordância e pronome) estarem presentes (27c), a sentença não é licenciada pela gramática, indicando que, quando o resumptivo está presente, o NP pré-verbal é o tópico da sentença e não o sujeito.

- (27) a. **Estas casas** batem muito sol
 b. **Esta casa**, bate muito sol **nela**
 c. ***Estas casas** batem muito sol **nelas**

(respectivamente, sentenças 13a-b e 12d, de Galves, 1998: 21)

O segundo aspecto considerado pela autora está ligado ao fato de a concordância do verbo com um NP posposto exigir a presença do pronome resumptivo. O contraste entre (28a) e (28b) mostra que o NP pré-verbal deve ser licenciado pelo pronome resumptivo ou pela concordância. Como, em (28b), não há qualquer pronome resumptivo que o legitime e a concordância se estabelece com o NP posposto, não há modos de o NP pré-verbal ser licenciado.

- (28) a. **Este carro**, cabem muitas pessoas **nele**
 b. ?? **Este carro** cabem muitas pessoas. (sentenças 14a e 14b, de Galves, 1998)

Dois outros aspectos levados em conta por Galves (1998) em construções desse tipo são (i) o fato de que não pode haver projeção do argumento externo do verbo, como ilustra o par em (29); e (ii) o fato de que, se o NP pré-verbal está numa relação genitiva com o NP posposto, a interpretação semântica entre eles deve ser do tipo parte/todo, como exemplificam as sentenças em (30):

(29) a. **Essa estante**, o João põe muita coisa **nela**

b. ?? Essa estante o João põe muita coisa

(sentenças 15a e 15b, de Galves, 1998)

(30) a. **A mesa** quebrou **o pé**

b. ***A mesa** quebrou **o pote**

(exemplos 16c e 17c, de Galves, 1996)

Ora, partindo de tais aspectos, a autora assume que, nos casos em que o pronome resumptivo não está presente, o NP pré-verbal é efetivamente o sujeito da sentença, desencadeando a concordância do verbo. A este elemento, a autora denomina tópico-sujeito.

4.2.3.

Tópico-sujeito: Pessoa como categoria independente

Uma vez descrito esse novo elemento da sintaxe do PB, é preciso explicar qual seria a estrutura sintática que tornaria lícito esse tipo de concordância. Assim, em Galves (1998; 2000), a autora propõe que essa estrutura está relacionada a uma categoria diferenciada para a posição do tópico-sujeito. Uma vez que Agr foi excluído da teoria como categoria independente (Chomsky, 1995), a autora não pode manter a análise proposta em Galves (1996), em que a categoria que abrigava o tópico era [Spec, AgrP]. A fim de solucionar tal problema, ela propõe, primeiro, Agr como um traço formal associado a categorias funcionais, sendo que Agr seria o traço responsável por legitimar a relação especificador/núcleo⁵³ e,

53 Nesse momento da teoria, ao que tudo indica, a relação especificador/núcleo ainda não era instanciada pelo traço EPP. A autora, em trabalhos mais recentes, leva em consideração essa mudança teórica e busca fornecer uma explicação nestes termos, como veremos mais a frente ainda nesta dissertação.

segundo, PersonP como uma categoria situada acima de TP e abaixo de CP. Esta categoria portaria traços ϕ (traços-phi) não-interpretáveis que, portanto, precisariam ser checados. Isso poderia ser feito de duas maneiras: (i) havendo um *pro* expletivo na numeração e um pronome resumptivo, os traços do verbo seriam checados contra os do *pro* e os de PersonP, contra os do resumptivo, não havendo concordância entre o tópico e o verbo; ou (ii) não havendo *pro* e pronome resumptivo, os traços do verbo seriam alçados para PersonP e checados contra os traços do DP em [Spec, PersonP] (o tópico), havendo, portanto, a concordância do verbo com este elemento.

Com isso, a autora consegue fornecer uma explicação unificada para sentenças como as de (23), em que há um tópico claro, e mesmo para o contraste exemplificado em (26). Como PersonP, segundo a autora, não portaria nem traços V e nem traços Agr [-V; -Agr], a checagem dos traços ϕ de Person também não poderia ser realizada pelo movimento do verbo ou pelo movimento do sujeito, mas apenas pelo movimento invisível de traços pronominais. No caso de (23), cuja representação é dada em (31a), os traços do pronome *ela* em [Spec, TP], ou seja, na posição do sujeito, se movem para checar os traços ϕ no núcleo de PersonP (elementos em negrito), sendo que o tópico seria alocado no [Spec, PersonP]. O mesmo valeria para (13b), representada em (31b), em que os traços ϕ de PersonP são checados contra os traços do resumptivo (ambos em negrito), havendo um *pro* expletivo em [Spec, TP] com o qual o verbo concorda. Por fim, para (13a), representada em (31c), em que o verbo concorda com o tópico, não haveria este *pro* expletivo com o qual o verbo concordaria e nem um resumptivo para checar os traços ϕ do núcleo de PersonP. Assim, a única saída possível seria o movimento invisível dos traços do verbo para Person, o que faria com que o verbo entrasse em uma configuração especificador/núcleo com o elemento em [Spec, PersonP], fazendo, portanto, que a concordância se desse⁵⁴.

54 Chamamos a atenção do leitor para o fato de que a ideia central, tanto em Galves (1998, 2000) quanto em Galves (1996) [1993], é a mesma, ou seja, a ideia de que o PB apresenta uma categoria diferenciada para alocar o tópico. No texto de 1996, esta categoria é [Spec, AgrP], interna ao IP implodido. Na proposta posterior, no entanto, haveria uma posição acima de IP, no caso, o que a autora denomina [PersonP], para abrigar o tópico. Essa postura é necessária porque Agr foi excluído da teoria como categoria independente (Chomsky, 1995), uma vez que não apresenta traços interpretáveis e, portanto, é postulado apenas por razões internas à teoria, não havendo evidências de sua existência. Em trabalho mais recente (Avelar & Galves, 2011), que apresentaremos mais a frente, a autora retoma a questão da posição do tópico em PB, agora relacionando-a à natureza do EPP de Tense. Seja como for, parece haver uma

- (31) a. [_{PersonP} Essa competência [_{PersonP} φ_i [_{TP} **ela**_i é de natureza mental]]]]
 b. [_{PersonP} Esta casa [_{PersonP} φ_i [_{TP} *pro_{expl}* bate muito sol **nela**_i]]]]
 c. [_{PersonP} Estas casas [_{PersonP} φ_i [_{TP} **batem**_i muito sol]]]]

4.2.4.

Tópicos e concordância no caso dos verbos meteorológicos

4.2.4.1.

Pronomes pessoais sujeitos de verbos meteorológicos?

Uma vez que elementos na posição de tópico estão disparando a concordância de verbos no PB, é interessante pensar que os verbos meteorológicos podem ser compreendidos dentro desse contexto de análise, sobretudo se pensarmos que os elementos com os quais tais verbos estão concordando são, pelo menos a princípio, sintagmas de natureza locativa ou temporal, internos à sentença, mas que são alçados a uma posição mais alta, à esquerda da sentença, como tópicos.

Nesse sentido, uma primeira possibilidade de entendimento do elemento de natureza locativa ou temporal é tentando vislumbrar como as construções com verbos meteorológicos se aproximariam daquelas postuladas por Galves (1996) com tópico claro. Sentenças como (32a e b), abaixo, ilustram um caso que é estruturalmente ambíguo, já que o verbo pode tanto estar em concordância com um *pro expletivo* quanto com o DP à esquerda do verbo. A concordância verbal, nesse caso, não é informativa, já que tanto o *pro* quanto o DP portam traços de terceira pessoa do singular. Nesse sentido, as sentenças em (32c e d) parecem ter o poder de desambiguar a questão, já que os verbos concordam com o DP plural e não com um sujeito nulo singular.

tentativa sistemática por parte da autora em, a partir da explicação das posições do tópico e do sujeito, fornecer uma explicação plausível para diversos fenômenos do PB, em contraste com o PE e o Português Clássico, o que fica mais evidente no artigo de 2000. Logo, percebe-se que há uma constante mudança na análise do fenômeno em consonância com o aperfeiçoamento do aparato teórico disponível. O leitor poderia se perguntar, então, por que não abandonamos as análises mais antigas e assumimos logo a análise mais recente. Assim o fizemos porque as propostas anteriores, além de serem importantes devido à questão que é postulada para a posição do tópico, a qual voltaremos mais à frente, apresentam importantes testes de verificação de gramaticalidade, os quais aplicaremos às sentenças com verbos meteorológicos a fim de verificar se o tópico, neles, é da mesma natureza que os tópicos nas sentenças estudadas pela autora.

- (32) a. Esse dia choveu muito
 b. Esse lugar neva demais
 c. **Esses dias** choveram muito
 d. **Esses lugares** nevam demais

Note-se, ainda, a possibilidade de termos sentenças como (33), cuja interpretação semântica é a mesma ou muito próxima daquela das sentenças em (32), diferindo apenas no caráter discursivo marcado dado pelo tópico. Em (33), o que temos é um DP que é claramente um tópico, coindexado a um pronome pessoal no interior da sentença, sendo que é com o pronome que o verbo concorda. Tais sentenças, porém, não foram atestadas. Além disso, em pesquisa informal com falantes de PB, foram julgadas, por uns, como não pertencentes à língua e, por outros, como perfeitamente gramaticais. Não é possível, portanto, fazer quaisquer inferências com base nelas.

- (33) a. ?Esse dia_i, **ele**_i choveu muito
 b. ?Esse lugar_i, **ele**_i neva demais
 c. ?Esses dias_i, **eles**_i choveram demais
 d. ?Esses lugares_i, **eles**_i chovem demais

Nessas sentenças, como haveria um sujeito sentencial claro, não há quaisquer dificuldades no que diz respeito à concordância. Mas temos um problema quanto à natureza do pronome *ele/eles*: seria este um pronome expletivo ou um pronome de natureza referencial? A possibilidade mais óbvia, uma vez que é correferente ao DP, é a de que seja um pronome referencial, ou seja, com conteúdo semântico. Não parece, contudo, coerente pensar em um verbo impessoal estabelecendo concordância com um pronome referencial.

Observe-se, porém, que é justamente o que tem acontecido com os verbos de alçamento, como *parecer*, em que um pronome referencial como *eu* pode ocorrer como sujeito do verbo (veja exemplos (21), acima). E, segundo pensamos, a interpretação daquelas sentenças, com o pronome nulo ou com o pronome pleno, é basicamente a mesma: *grosso modo*, as sentenças em a e b, abaixo, podem ser

parafraçadas por c, seja no caso de uma declarativa (34), seja no caso de uma interrogativa (35).

- (34) a. [_] Parece que eu tô cansado
 b. **Eu**_i pareço que [_]_i tô cansado
 c. Existem indícios/evidências de que eu esteja cansado

- (35) a. [_] Parece que eu tô cansado?
 b. **Eu**_i pareço que [_]_i tô cansado?
 c. Existem indícios/evidências de que eu esteja cansado?

O que estamos tentando dizer com isso é que, como já discutido anteriormente, pode-se pensar neste pronome de duas maneiras distintas: como um pronome esvaziado de seu conteúdo semântico e, portanto, um expletivo, nos moldes do que afirma Duarte (2003); ou como um pronome de natureza referencial, seguindo a crítica de Marins (2013). No primeiro caso, manteríamos os meteorológicos na classe dos verbos impessoais *stricto sensu*; no segundo, teríamos que postular que algum tipo de pessoalização tem ocorrido. Tal pessoalização, contudo, não parece afetar a interpretação semântica da sentença. Tal pensamento não é de todo implausível se considerarmos que o mesmo ocorre com os verbos de alçamento: um pronome referencial pode ocupar a posição de sujeito de um verbo que deveria ser impessoal. Talvez haja algum fenômeno no PB, por enquanto obscuro, que esteja permitindo que isso se dê.

Se isso for verdade, o que temos, então, não é um fenômeno surpreendente, mas apenas a concordância de um verbo com um sujeito efetivo. O elemento surpreendente, e que mereceria uma explicação, seria o fato de que verbos impessoais estejam concordando com sujeitos referenciais e não com sujeitos expletivos. Em outras palavras, alguns verbos do PB (meteorológicos, de alçamento, *ter* existencial) estariam deixando de ser verdadeiramente impessoais, considerando-se, obviamente, que “impessoais”, neste contexto, signifique algo como “tendo sujeitos expletivos, ou seja, sem qualquer conteúdo semântico”.

Apenas a título de sugestão, gostaríamos de dizer que essa linha de

abordagem poderia ser de algum modo ligada à proposta de Kato (1998) sobre tópicos serem fruto de uma predicação secundária. Como sugere essa autora, nessa visão, o tópico Deslocado à Esquerda não parece sofrer qualquer efeito de ilha, do mesmo modo que os elementos em DE propostos pela autora, estejam eles em sentenças com verbos meteorológicos ou não, como ilustram os exemplos em (36), abaixo, sendo c e d equivalentes estruturalmente.

- (36) a. Esses lugares_i, eu sei [de um cara [que visitou [eles_i [_]_i] no inverno passado]]
 b. Esses lugares_i, um cara disse [que [eles_i [_]_i] chovem muito no inverno]
 c. Esses lugares_i, eu sei [de um cara [que disse [que [eles_i [_]_i] chovem muito no inverno]]]
 d. Esses lugares_i, a minha irmã conversou [com um cara [que disse [que [eles_i [_]_i] chovem muito no inverno]]]⁵⁵

Em segundo lugar, apenas sintagmas de natureza nominal parecem poder ocupar essa posição, já que, com sintagmas preposicionados, as sentenças se tornam agramaticais (exemplos em (37)) se o tópico for extraído à longa distância. No caso particular dos verbos meteorológicos, o PP parece poder ocupar a posição à esquerda da sentença, mas a concordância com o verbo torna a sentença agramatical. Se não há concordância (37c), porém, a sentença é plenamente aceitável. Isso parece ocorrer porque o pronome resumptivo no interior da sentença, quando o tópico é um PP, só pode ser preposicionado, o que é ilustrado pela sentença em (37a).

- (37) a. ?Nesses lugares_i, eu sei [de um cara [que esteve [**neles**_i [_]_i] no inverno passado]]
 b. *Nesses lugares_i, um cara disse [que [**neles**_i [_]_i] chovem muito]
 c. Nesses lugares, um cara disse que **neles** chove muito
 d. *Nesses lugares, eu sei de um cara que viu **eles** no inverno passado

O que esses exemplos indicam, portanto, é que, quando há um elemento de

55 Para a descrição detalhada dessa estrutura, sugerimos o artigo da autora.

natureza nominal ocupando a periferia esquerda da sentença, estamos diante de um tópico do tipo daquele descrito por Kato (1998), ou seja, um sintagma em Deslocamento à Esquerda. Se este elemento é preposicionado, porém, a sua natureza parece ser distinta.

Como essas sentenças, porém, não foram atestadas e como não parece haver consenso quanto a como são julgadas pelos falantes nativos, abandonaremos essa linha de raciocínio. Ela foi mantida aqui apenas a título de sugestão àqueles que porventura queiram investigá-la caso sentenças desse tipo sejam futuramente atestadas.

4.2.4.2.

O problema da concordância: primeira abordagem

Dito isto, passemos, então, à distinção entre os casos em que o elemento à esquerda é um verdadeiro tópico e aos casos em que ele dispara a concordância com o verbo. Segundo a proposta de Galves (1998), seria possível distinguir o tópico pela presença de um pronome resumptivo no interior da sentença. Quando há este pronome, o DP à esquerda da sentença seria um tópico, quando não há, seria o sujeito com o qual o verbo concordaria. Havendo o resumptivo, então, não pode haver concordância com o tópico, conforme ilustram os contrastes em (26), acima.

No caso dos verbos meteorológicos, portanto, o contraste pode ser observado nas sentenças em (38). Observe-se que as sentenças (38a), (38b) e (38c) seguem o padrão estabelecido pela autora: quando há pronome, não há concordância; quando não há pronome, há concordância. Por fim, quando não temos o resumptivo, o elemento à esquerda, parece, não pode ser apenas o tópico, já que a sentença em (38d) é apenas marginalmente boa. Em outras palavras, o tópico parece mesmo ser licenciado apenas pelo resumptivo. Quando este tópico não é “apenas tópico”, porém, a presença do resumptivo não parece impedir a geração da sentença.

(38) a. Essas cidades do sul, **neva** demais **nelas**

b. Essas cidades do sul **nevam** demais

- c. *Essas cidades do sul **nevam** demais **nelas**
 d. ??Essas cidades do sul, **neva** demais

Uma outra possibilidade, ainda seguindo os apontamentos de Galves (1998), seria verificar o caso dos verbos meteorológicos em contextos em que há um sujeito claro na sentença, já que a presença desse elemento impediria que o tópico disparasse a concordância do verbo. Apesar de ser problemático um teste desse tipo com verbos meteorológicos, ele pode ser feito com um sujeito cognato, como nas sentenças em (39):

- (39) a. Essas cidades, **uma chuva fininha** chove nelas
 b. *Essas cidades **uma chuva fininha** chovem nelas

Como se pode ver pelo contraste acima, a concordância parece mesmo ser limitada quando há um sujeito explícito, de modo que o elemento locativo à esquerda não pode ocupar a posição destinada ao sujeito.

Se o caso dos verbos meteorológicos, então, é ao menos semelhante aos casos mostrados por Galves, podemos pensar numa explicação para o fenômeno dos verbos meteorológicos nos termos de que haveria uma categoria independente (PersonP) que seria responsável por abrigar o tópico em seu especificador:

- (40) a. [_{PersonP} Essas cidades do sul [_{PersonP} ϕ_i [_{TP} *pro_{expl}* neva demais **nelas**_i]]]
 b. [_{PersonP} Essas cidades do sul [_{PersonP} ϕ_i [_{TP} **elas**_i nevam demais]]]
 c. [_{PersonP} Essas cidades do sul [_{PersonP} ϕ_i [_{TP} nevam_i demais]]]

Segundo essa abordagem, então, seria possível, *grosso modo*, assumir que os elementos à esquerda do verbo realmente desencadeiam a concordância sujeito-verbo.

4.2.5.

Resumo da seção 4.2

Há várias questões a serem lembradas a respeito da seção 2.

Em primeiro lugar, relembramos a proposta de Pontes (1987), amplamente adotada na literatura, de que o PB é uma língua de tópico e de que esse fenômeno estaria relacionado, segundo diversos autores, ao empobrecimento flexional dessa língua. Vimos, ainda, a proposta de Galves (1996; 1998) de que deveria haver uma posição específica que pudesse abrigar esse elemento (AgrP e, posteriormente, PersonP). Discutimos, brevemente, a possibilidade de sentenças em que haveria um sujeito pronominal explícito no caso dos verbos meteorológicos e sugerimos uma associação com a proposta de Kato (1998), mas abandonamos essa discussão devido à ausência de evidência empírica que a sustentasse. Por fim, discutimos a possibilidade de a concordância dos verbos meteorológicos com um tópico-sujeito poder ser vista nos moldes de Galves (1996; 1998).

4.3.

Locativos pré-verbais obrigatórios

Já Mattoso Câmara Jr., nos idos da década de 1970, conforme indicam Franchi, Negrão & Viotti (1998), havia alertado para a tendência do falante de PB a tomar um elemento de natureza locativa como o sujeito gramatical de uma sentença. Seguindo essa linha de abordagem, Franchi, Negrão & Viotti (1998), ao tratarem das construções existenciais com os verbos *ter* e *haver*, afirmam que, nelas, “o constituinte deslocado à esquerda, quando se realiza, é normalmente um adjunto de lugar/tempo” cuja relação com o verbo é difícil de caracterizar. Para os autores, tais construções precisariam ser ancoradas, de alguma maneira, num campo espaço-temporal, de modo que tal ancoragem talvez estivesse sendo pedida pela natureza da própria construção sintática, o que implicaria que os sintagmas realizados à esquerda do verbo, mesmo sendo locativos (41a) ou temporais (41b), poderiam estar alocados na posição de argumento externo do verbo.

(41) a. **Salvador tem** um cheiro insuportável

b. É um azar. **Nossas férias sempre tem** pelo menos três dias de chuva.

(respectivamente, sentenças (15) e (17), de Franchi, Negrão & Viotti, 1998)

Esse fenômeno ocorreria por um de dois motivos: (i) porque seria parte da

diátese verbal ou (ii) porque teria havido um processo de detematização na estrutura argumental do verbo. No lugar de uma diátese do tipo <Tema, Locação>, em que o argumento que recebe papel de tema é o mais proeminente e seria preferencialmente realizado como argumento externo, em construções existenciais do PB, ter-se-ia uma diátese do tipo <Locação, Tema>. Desse modo, o sintagma nominal posposto ao verbo não seria o seu sujeito, mas seu complemento, recebendo do verbo Caso acusativo. As construções existenciais com *ter* e *haver* do PB, portanto, seriam, na verdade, construções impessoais.

Essa ideia de que um elemento locativo-temporal é necessário para o licenciamento de determinadas sentenças, como se fosse uma espécie de argumento e não um adjunto, é aprofundada por Viotti (1999, *apud* Avelar, 2009b) ainda no que diz respeito às construções existenciais com os verbos *ter* e *haver*. Tais construções, como bem lembra Avelar (2009b: 68), “não podem ocorrer apenas com seu DP complemento, mas precisam de um outro constituinte suporte para sustentar sua boa formação”. Para Viotti (1999), o elemento de natureza locativo-temporal poderia ser uma espécie de argumento sombreado dos verbos existenciais, ocorrendo em adjunção a vP^{56} . Para ela, nos casos de *ter* existencial, a posição de [Spec, TP] sequer seria projetada, dispensando-se mesmo a presença do *pro* nulo expletivo na posição de sujeito, uma vez que T, nestes casos, não possuiria traços D-forte e traços de Caso nominativo.

Um fenômeno semelhante no que diz respeito à necessidade de um elemento locativo na ancoragem de determinadas sentenças é apontado por Martins & Coelho (2007), quando afirmam que o preenchimento da periferia esquerda da sentença por material fonético (na língua falada) favorece a elipse do pronome *se* apassivador. Segundo os autores, a elipse do *se* parece exigir o preenchimento à esquerda do verbo com um elemento de natureza pronominal ou com um

56 É preciso ressaltar, porém, que Avelar (2009b: 70-75) levanta algumas críticas a esta proposta, já que ela não explicaria sentenças como (i) *Tem algumas provas de linguística fáceis*, na qual não existe qualquer elemento locativo ou temporal para a ancoragem das sentenças. O autor propõe a sua própria análise para o fenômeno dos locativos-temporais (p. 83-89), colocando-os não como argumentos do verbo, mas imbricados em uma complexa configuração de adjunção, em que um nome objeto do verbo existencial é adjungido ao PP no qual está contido o elemento locativo. Assim, para uma sentença como (ii) *Na biblioteca a Simone disse que tem poucos livros*, há uma relação entre o locativo [na biblioteca] e o objeto [livros] do verbo *ter*. Como no caso dos verbos meteorológicos não há qualquer nome objeto do verbo, o locativo-temporal encontra-se em uma configuração diferente daquela proposta pelo autor, motivo pelo qual não entraremos em mais detalhes sobre essa análise.

elemento deslocado do interior da sentença, muitas vezes um locativo, conforme as sentenças em (42). Sem qualquer elemento para realizar a ancoragem da sentença, ela se torna agramatical (42d).

- (42) a. Cozinha-se feijão nesta casa
 b. **Nesta casa** cozinha feijão
 c. **Esta casa** cozinha feijão
 d. *Cozinha feijão

O que todos esses autores parecem indicar, portanto, é que a presença de um elemento locativo ou temporal é – ou tem se tornado – obrigatória em determinados contextos sintáticos, garantindo a gramaticalidade de certas sentenças quando estão presentes e tornando-as agramaticais quando ausentes. O trabalho variacionista de Duarte (2003), já apresentado em linhas gerais nesta dissertação, corrobora esta hipótese ao afirmar que a posição à esquerda da sentença em construções existenciais é preenchida, em mais da metade dos casos, por sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionados locativos e temporais⁵⁷. Caso se siga o proposto por Coelho (2000, *apud* Duarte, 2003), esse elemento locativo-temporal será tomado como uma espécie de argumento secundário, não subcategorizado pelo verbo, mas que atuaria, por isso mesmo, como o sujeito da sentença ou muito próximo do que seria normalmente o sujeito.

4.3.1.

Inversão locativa e posição de sujeito

Seguindo essa linha de abordagem para os locativos-temporais, os trabalhos de Avelar (2009a) e de Avelar & Cyrino (2008; 2009) apresentam um interessante fenômeno do Português Brasileiro, que não ocorre no Português Europeu: o caso de “construções impessoais com verbos tipicamente transitivos” em que um elemento locativo preposicionado se encontra na posição de sujeito do verbo, como nas sentenças em (43). No PE, tais construções só poderiam ocorrer se o sujeito nulo do verbo fosse referencial, de modo que a paráfrase de uma sentença como (43a), por exemplo, seria algo como a sentença (44a). No PB, como parece

⁵⁷ Cf. Tabela 3. Preenchedores da posição à esquerda do verbo, em Duarte (2003).

ser evidente, tais construções são realmente impessoais, e uma paráfrase das frases em (43) seria algo como o visto em (44b-d), com o uso do *se*, pronome apassivador ou indeterminador do sujeito.

(43) a. **Naquela loja** vende livro

b. **No meu DVD** grava qualquer tipo de filme

c. **Nesse restaurante** serve todo tipo de salada

(sentenças 1b, 2b e 3b, de Avelar, 2009a)

(44) a. **Alguém** vende livro naquela loja

a. **Alguém** vende livro naquela loja

b. Naquela loja vende-**se** livro

c. No meu DVD grava-**se** qualquer tipo de filme

d. Nesse restaurante serve-**se** todo tipo de salada

A princípio, tal fato pareceria uma evidência de um fenômeno já atestado no PB, a saber, o desaparecimento do *se* pronome apassivador/indeterminador do sujeito (Nunes, 1990; Galves, 2001; Martins & Coelho, 2007; Negrão & Viotti, 2008). O problema dessa proposta, no entanto, é que, como afirmam Avelar & Cyrino (2009), o locativo preposicionado, em sentenças como as de (43) são obrigatórios, com risco de a sentença tornar-se agramatical se ele não estiver presente.

Diante disso, os autores propõem que o locativo preposicionado encontra-se efetivamente na posição do sujeito, configurando o que é conhecido na literatura como *inversão locativa*, o que parece ser confirmado por alguns fenômenos distintos. O primeiro diz respeito ao fato de que o locativo é opcional quando há a presença de um sujeito pré-verbal (em negrito em (45a)), mas obrigatório quando o sujeito é pós-verbal (em negrito em (45b)). Isso parece indicar, segundo os autores, que o locativo preposicionado é necessário para a satisfação do EPP, uma vez que ele torna a sentença gramatical quando o sujeito não está presente ou é posposto. Ora, se satisfaz EPP, então só pode estar alocado em [Spec, TP], a posição do sujeito.

- (45) a. (Naquela loja) **todos os tipos de livros** vendem.
 b. *(Naquela loja) vende **todos os tipos de livros**.

O segundo fenômeno diz respeito ao fato de que locativos preposicionados devem ocorrer numa posição pré-verbal com verbos de alçamento. Se forem pospostos, a sentença é agramatical, como ilustram aquelas em (46).

- (46) a. *Parece **naquela livraria** vender muitos livros
 b. **Naquela livraria** parece vender muitos livros

Um terceiro fenômeno está relacionado à coindexação de sujeitos em orações coordenadas. De acordo com Avelar (2009a), o sujeito nulo referencial da segunda oração tem de ser coindexado com o sujeito da primeira. Com isso, quando existe um elemento locativo, o sujeito da segunda oração é com ele coindexado e não com o suposto sujeito posposto, como nas sentenças em (47). Essa seria mais uma evidência de que tal elemento está alocado, efetivamente, na posição de sujeito.

- (47) a. **Muita gente**_i trabalha naquela fábrica e [_]_i mora do outro lado da cidade
 b. *Naquela fábrica trabalha **muita gente**_i e [_]_i mora do outro lado da cidade
 c. **Naquela fábrica**_i trabalha muita gente e ainda assim [_]_i vai contratar mais cem funcionários até o final do ano

(exemplos 18a-c, de Avelar, 2009a)

Frente a tais evidências, os autores propõem haver duas estruturas distintas para sentenças do tipo de (45a). No PE, haveria um *pro* nulo referencial de natureza agentiva em [Spec, TP], movido de [Spec, vP] (elementos em negrito na representação (48a)) e o locativo preposicionado estaria em adjunção a TP. No PB, porém, não haveria este *pro* nulo referencial de natureza agentiva, que teria deixado de ser licenciado na gramática devido ao empobrecimento do paradigma flexional, fazendo com que o locativo possa ocupar o [Spec, TP] (elemento em

negrito na representação (48b)).

- (48) a. [_{TP} [_{PP} Naquela loja] [_{TP} *pro*_i [_T T° [_{vP} [_]_i vende livros]]]] (PE)
 b. [_{TP} [_{PP} **Naquela loja**] [_T T° [_{vP} vende livros]]]] (PB)

O licenciamento de um elemento preposicionado numa posição que normalmente poderia apenas receber sintagmas nominais seria possível, dizem os autores, graças à natureza da categoria T do PB que, nessa língua, poderia ser licenciada sem traços ϕ . Com isso, elementos que não portam traços dessa natureza, como sintagmas preposicionados, poderiam ocupar tal posição. Com isso, tem-se uma explicação coerente para a não concordância do elemento em [Spec, TP] e o verbo.

4.3.2.

Locativos-temporais em sentenças com verbos meteorológicos

Seguindo essa linha de abordagem para os elementos de natureza locativo-temporal, pode-se pensar em que aspectos as análises até agora vistas podem ser estendidas ao caso dos verbos meteorológicos.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o elemento de natureza locativo-temporal não parece ser imprescindível nas construções com verbos meteorológicos, como se poderia pensar a princípio. Observe-se, por exemplo, que as respostas à pergunta em (49) – nenhuma delas com um sintagma locativo ou temporal explícito – são tão boas quanto as de (50), sendo que apenas nesta o tempo é dado na pergunta. Algo que torna tal análise ainda mais difícil é o fato de que as sentenças com perífrase verbal (*estar chovendo*) soam muito mais naturais do que aquelas com o verbo meteorológico apenas.

- (49) O que aconteceu?
 a. – Choveu muito
 b. – Tava chovendo muito

(50) O que aconteceu ontem?

- a. – Choveu muito
- b. – **Ontem** choveu muito
- c. – Tava chovendo muito

Esse primeiro olhar já parece indicar que o caso dos verbos meteorológicos, portanto, não parece ser da mesma natureza que o caso dos locativos-temporais em existenciais, já que os locativos não se comportam como verdadeiros argumentos do verbo, ou seja, não são exigidos para que a sentença seja gramatical. Apesar dessa diferença, no entanto, pode-se argumentar que, nas sentenças com verbos meteorológicos, como naquelas com o verbo *ter* existencial, sendo ou não o locativo-temporal imprescindível, o espaço para um sujeito expletivo nulo não existiria. Isso porque, no PB, T seria uma categoria que não portaria traço D-forte e nem traço de Caso, conforme a proposta de Viotti (1999)⁵⁸. O argumento se torna ainda mais forte se pensarmos que essa característica é postulada, segundo Avelar (2009b: 102) para as “sentenças impessoais” como um todo, nas quais se enquadram aquelas com verbos meteorológicos.

Assim, da mesma maneira como as sentenças em (51), abaixo, não apresentam um sujeito, seja pleno (o NP pós-verbal é considerado objeto e recebe Caso acusativo) seja um *pro expletivo*, também no caso dos verbos meteorológicos, teríamos a ausência completa de um sujeito, mesmo de um sujeito puramente gramatical, exigido pelo Princípio de Projeção Estendido (EPP).

(51) a. **Tinha** prédios muito bonitos em São Paulo

b. **Faz** uns barulhos muito chatos no motor do meu carro

(exemplos (127a e b), de Avelar, 2009b)

Se assim for, pode-se pensar que, com a ausência do *pro expletivo*, tem-se espaço para que um outro elemento (o locativo-temporal) possa ocupar essa posição. Essa visão, porém, é enganosa, já que a proposta de Viotti (1999) está

⁵⁸ Para uma visão mais recente da proposta, leia-se Viotti (2007).

relacionada não ao *pro expletivo* em si, mas à natureza da categoria T. O *pro expletivo* não estaria presente devido, como já dissemos, à ausência dos traços D-forte e de Caso. Se houvesse espaço para um outro tipo de sujeito (o locativo-temporal), tais traços deveriam estar presentes nesta categoria. Isso, como fica óbvio, leva a uma situação complicada, já que, se tais traços existem, o *pro* é o elemento que deveria satisfazer às necessidades de checagem da categoria T. Dizendo de outro modo, não havendo o *pro*, não deveria haver sujeito de modo algum. Em havendo algum sujeito, este deveria ser o *pro*. O caso dos verbos meteorológicos em concordância com um tópico locativo-temporal, então, não parece poder ser explicado segundo essa linha de abordagem, seja porque a ausência do locativo-temporal não torna a sentença agramatical, seja porque, estando esse elemento na posição de sujeito, não pode ser explicado pelas características peculiares da categoria T como proposta por Viotti (1999).

Seguindo, por outro lado, a linha proposta por Avelar (2009a), pode-se pensar no caso dos locativos dos verbos meteorológicos como pertencendo, também, ao fenômeno conhecido como *inversão locativa*. Aqui o mesmo problema de antes emerge, já que, como visto, o locativo não parece ser imprescindível para a gramaticalidade das sentenças com tais verbos. Além disso, ao contrário dos casos de *inversão locativa* (cf. exemplo (45b)), a ausência do elemento de natureza locativa ou temporal não torna a sentença agramatical, como mostram as sentenças com sujeito metafórico ou cognato. Não parece haver necessidade, portanto, de um elemento dessa natureza para satisfazer o traço EPP, o que mostra que ele deve ter sido satisfeito pelo *pro expletivo*, já que não há concordância com o sujeito posposto.

(52) Sujeito posposto:

- a. Choveu pedras
- b. Choveu um chuva fina
- c. Chovia chuvas assombrosas

O segundo teste, por outro lado, apresenta resultados interessantes para o caso dos verbos meteorológicos. Quando em contextos de verbos de alçamento, o

locativo preposicionado é alçado para a posição de sujeito desse verbo, como mostram as sentenças em (53), abaixo. Observe-se, porém, que só há concordância entre locativo e verbo no caso de haver apagamento da preposição, como os exemplos em (54).

- (53) a. **Naquele lugar** chove muito
 b. ?Parece **naquele lugar** chover muito
 c. **Naquele lugar** parece chover muito

- (54) a. ***Naqueles lugares** parecem chover muito
 b. **Aqueles lugares** parecem chover muito

Apesar de esse segundo caso não ser especificamente com verbos meteorológicos, a natureza do elemento locativo não parece ser diferenciada, de modo que talvez fosse possível afirmar, com alguma segurança, que tais elementos estivessem, efetivamente, ocupando a posição de sujeito sentencial, o que seria possível devido à ausência de um *pro expletivo*, perdido devido ao empobrecimento flexional do PB. Quando não há apagamento da preposição, isso ocorreria porque T poderia ser licenciada, em PB, sem traços ϕ , não havendo concordância entre o elemento locativo e o verbo. Caso seja um elemento nominal, porém, a concordância ocorre normalmente. O problema é que sentenças como as de (55), abaixo, são gramaticais, e nelas há tanto o sintagma locativo quanto a concordância com o sujeito posposto, o que mostra ser este elemento – e não o locativo – o que satisfaz as exigências de EPP. Ao que parece, portanto, esse PP não estaria alocado em [Spec, TP] como nas sentenças estudadas por Avelar.

- (55) Sujeito posposto:
 a. **Naquele lugar** choviam pedras
 b. **Naquele lugar** chovia um chuva fina
 c. **Naquele lugar** choviam chuvas assombrosas

Cabe destacar, ainda que, mesmo quando há um elemento interveniente

entre o locativo e o verbo, como uma oração relativa, a concordância locativo/verbo parece ser preferível à não concordância, se não existe uma preposição no locativo, como é o caso das sentenças em (56), abaixo:

- (56) a. **Aqueles lugares** [que recebem muitas pessoas no inverno] **nevam** muito
 b. **Aqueles bairros** [que vivem alagando] **chovem** muito
 c. ***Naqueles bairros** [que vivem alagando] **chovem** muito

- (57) a. ??**Aqueles lugares** [que recebem muitas pessoas no inverno] **neva** muito
 b. ?? **Aqueles bairros** [que vivem alagando] **chove** muito
 c. **Naqueles bairros** [que vivem alagando] **chove** muito

Tudo isso parece indicar, portanto, que o locativo, nos casos de verbos meteorológicos, quando preposicionado, não está realmente alocado na posição de argumento externo do verbo. No entanto, se não há preposição, ocorre a concordância, o que talvez indique que estamos diante de um elemento alocado na verdadeira posição de sujeito.

4.3.3.

Resumo da seção 4.3

A seção 4.3 pode ser resumida como se segue:

Em primeiro lugar, o caso dos verbos meteorológicos não parece ser idêntico aos casos das construções existenciais com *ter/haver*, já que o locativo/temporal não é imprescindível para a geração da sentença. Apesar de o número de sentenças sem tais elementos ter sido reduzido no *corpus* por nós pesquisado, elas existem. E podemos postular sentenças perfeitamente gramaticais em que tais elementos não são necessários.

Em segundo lugar, há uma visão, ao contrário do que até agora foi visto, de que não haveria uma posição independente para alocar o tópico, pois este estaria, pelo menos nos casos em que é um PP, alocado na posição de [Spec, T], uma

categoria diferenciada em PB, por não portar traços ϕ . Assim, quando houvesse o apagamento da preposição no tópico, deveria haver a concordância com o verbo; quando não houvesse esse apagamento, não haveria a concordância, em consonância com o contraste visto em (56) e (57), acima.

4.4.

A natureza do EPP de Tense e a Hipótese da Inacusatividade Biargumental

Como visto anteriormente, o PB parece se caracterizar por dois fenômenos aparentemente distintos ou, pelo menos, complementares no que diz respeito à concordância do verbo. Um deles é o fato de essa concordância acontecer entre o verbo e um elemento na posição de tópico, denominado por Galves (1998; 2000) de *tópico-sujeito*. O outro é, ao contrário, a não concordância do verbo com um elemento de natureza locativa na posição de sujeito, fenômeno denominado *inversão locativa* por Avelar (2009a; 2009b) e Avelar & Cyrino (2008; 2009). Ao que tudo indica, portanto, esse seria um comportamento no mínimo estranho do PB, uma vez que verbos estariam estabelecendo concordância com um elemento que não é o seu sujeito e não estabelecendo concordância com um elemento que é, efetivamente, o seu sujeito.

A fim de fornecer uma explicação integrada para este comportamento, Avelar & Galves (2011) apresentam uma proposta para explicar as diferenças entre o PB e o PE no que diz respeito a essa concordância do verbo com um tópico. Para os autores, o que diferenciaria as duas línguas nesse sentido seria a natureza do EPP de T: em PE a concordância do verbo com um tópico nunca ocorre porque EPP de T é ϕ -dependente, ou seja, [Spec, T] só pode abrigar elementos argumentais, com os quais os traços do verbo concordam; em PB, por outro lado, EPP de T é ϕ -independente, podendo o especificador abrigar tanto elementos argumentais quanto não-argumentais.

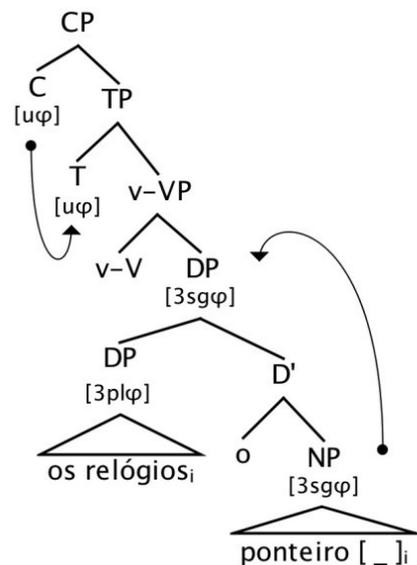
Essa explicação se torna mais clara diante de sentenças como (58a) e (58a), respectivamente. Em suma, pode-se dizer, segundo Avelar & Galves (2011), que, quando da concatenação de T à estrutura que está sendo gerada, PB e PE têm comportamentos distintos: em PE, [Spec, T] não é projetado quando dessa

concatenação, de modo que C transfere seus traços ϕ para T e a sonda deste se depara primeiramente com os traços ϕ de 3ª pessoa do singular na projeção máxima do DP *o ponteiro* (em negrito na representação 58b, abaixo). A concordância, logo, tem de se dar com este elemento no singular e não com o elemento no plural. A árvore em (59) mostra com clareza o fenômeno.

(58) a. Os relógios estragou o ponteiro.

b. $[_{CP} C_{u\phi} [_{TP} T_{u\phi} [_{v-V} v-V [_{DP\phi 3sg} [_{DP\phi 3pl} os\ rel\acute{o}gios_i] [_{D'} o [_{DP} o\ ponteiro [_]_i]]]]]]$

(59)

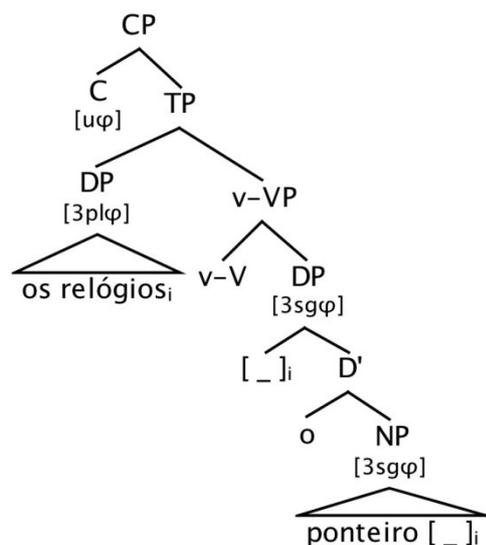


Em PB, ao contrário, [Spec, T] é projetado e, quando da concatenação de C, esta posição já está ocupada pelo tópico. Isso pode ocorrer porque T, no PB, é ϕ -independente e não necessita receber os traços ϕ não checados de C ($u\phi$). Assim, a sonda que sai de C encontra imediatamente os traços ϕ do DP *os relógios*, fazendo com que a concordância se realize com este elemento, como ilustram as representações em (60b e 61).

(60) a. Os relógios estragaram o ponteiro

b. $[_{CP} C_{u\phi} [_{TP} [_{DP\phi 3pl} os\ rel\acute{o}gios_i] [_{T'} [_{v-V} v-V [_{DP\phi 3sg} [_]_i] [_{D'} o [_{DP} o\ ponteiro [_]_i]]]]]]$

(61)



Com esta proposta, ficaria explicado como um elemento não-argumental (o DP *os relógios*), supostamente na posição de tópico, desencadearia a concordância do verbo da mesma maneira que fariam elementos argumentais, ou seja, verdadeiros sujeitos.

A inversão locativa, por sua vez, também poderia ser explicada nesta linha. Uma vez que a presença de um elemento de natureza locativa em posição pré-verbal é imprescindível para o licenciamento de certas sentenças quando não existe um DP que ocupe tal posição, isso seria uma evidência de que elementos que não interagem com traços ϕ de T, como sintagmas preposicionados, que não portam traços ϕ , podem ocupar a posição de sujeito, corroborando a ideia de que T, em PB, é ϕ -independente.

Com esta proposta, portanto, os autores dão mais um passo na descrição do fenômeno da concordância ou não do verbo com um tópico ou um elemento de natureza locativa. Além disso, conseguem fornecer, como faziam as propostas anteriores de Galves (1998, mas sobretudo, 2000) uma possível explicação para o comportamento característico do PB com relação a diversos fenômenos que, infelizmente, não estão no escopo desta dissertação.

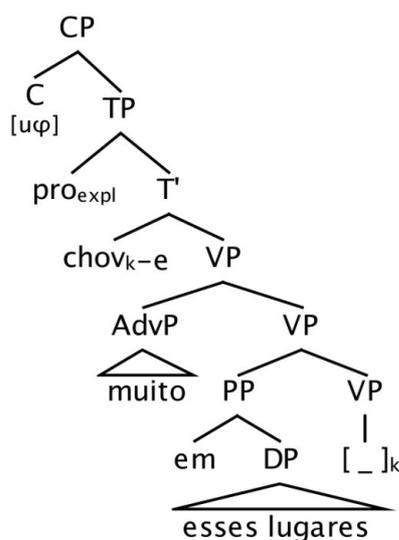
4.4.1.

A concordância no casos dos verbos meteorológicos

Seguindo a linha proposta por Avelar & Galves (2011) sobre a natureza do EPP de T, em Português Brasileiro, pode-se pensar que há duas possibilidades de geração de sentenças com verbos meteorológicos em PB, aquela em que o locativo-temporal permanece *in situ*, numa posição de adjunção ao verbo, havendo um *pro expletivo* presente na estrutura, e aquela em que a concordância ocorre com o locativo-temporal na posição de [Spec, T]. Assim, para uma sentença como (62), abaixo, em que não há concordância, pode-se pensar numa derivação que segue a representação em (63):

(62) Chove muito nesses lugares

(63)

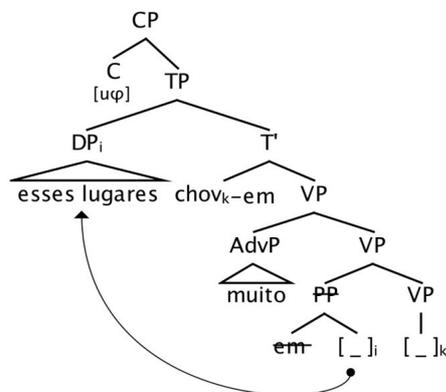


Nesse caso, o PP locativo é apenas um adjunto à projeção do verbo, sendo que é este elemento, o verbo, que se move para T e que concorda com um *pro expletivo* de terceira pessoa em [Spec, T]. O verbo, portanto, permanece no singular, em consonância com o número do seu verdadeiro sujeito, ou seja, o *pro expletivo*.

Uma segunda possibilidade, porém, é aquela em que o locativo-temporal é alçado à posição de tópico, disparando a concordância do verbo, como na sentença em (64), abaixo. A representação em (65) ilustra esse tipo de derivação.

(64) Esses lugares chovem muito

(65)



Neste caso, pode-se pensar numa derivação nos moldes do que propõem Avelar & Galves (2011), a saber:

- i. [Spec, T] é projetado assim que T é concatenado à estrutura, já que T, no PB, é ϕ -independente. [Spec, T] é ocupado pelo tópico *esses lugares*;
- ii. C é concatenado à estrutura quando [Spec, T] já recebeu o tópico *esses lugares*;
- iii. uma sonda parte de C em direção a T, em busca de checar os traços ϕ de C ($u\phi$). Essa sonda se depara imediatamente com os traços ϕ do DP tópico *esses lugares*, no [Spec, T]. Os traços ϕ não checados de C ($u\phi$) são valorados através da concordância com esse elemento;
- iv. os traços ϕ já valorados de C são transferidos para T.

Atente-se para o fato de que o DP tópico de natureza locativo-temporal se encontra justamente na posição que deveria ser ocupada pelo *pro expletivo*. Então, se tal posição é ocupada pelo tópico, não há espaço para que o *pro* ali seja alocado. Porém, os motivos pelos quais o DP tem precedência sobre o *pro* são ainda misteriosos, a não ser, claro, que se postule, assumindo Lunguinho (2006), que existam duas numerações possíveis, uma em que o *pro* está presente e outra em que ele não está. Se assim for, o DP ocuparia a posição se o *pro* não estivesse presente na numeração. Nessa mesma proposta, também não haveria, na numeração, uma preposição junto ao DP que é alçado. Todavia, deixemos, por

hora, essa discussão, que será feita na próxima seção.

4.4.2.

A hipótese da inacusatividade biargumental

Antes de encerrarmos este capítulo, porém, precisamos levantar a interessante proposta de Munhoz & Naves (2010; 2012); Munhoz (2011). Segundo essas autoras, as sentenças de tópico-sujeito, como as estudadas por Galves (1998; 2000), apesar de terem recebido tratamento homogêneo na literatura, precisam ser separadas em pelo menos duas estruturas distintas: aquelas em que a relação estabelecida entre os DPs é de todo-parte, chamadas pelas autoras de construções genitivas (66a) e aquelas em que a relação é de tema-locação, chamadas de construções locativas (67a).

- (66) a. Meu carro furou o pneu
 b. *Carro furou o pneu

- (67) a. Essas janelas batem sol
 b. *Janelas batem sol

Isso deve ocorrer porque, apesar de ambas terem que ser construídas com um DP pré-verbal definido (confronte a agramaticalidade das sentenças em b.)⁵⁹ e apresentarem um DP pós-verbal, elas têm outros comportamentos importantes que as diferenciariam, a saber:

(a) o locativo é selecionado pelo verbo (68b), enquanto o todo é selecionado pelo DP de que é parte, de modo que o locativo não pode ser suprimido da construção:

⁵⁹ Observe que essa restrição pode ser quebrada quando a sentença apresenta uma leitura de foco contrastivo, como em (i), abaixo. O mesmo se poderia dizer para uma sentença com verbo meteorológico como já apresentada em outra parte desse trabalho (ic):

- (i) a. **Mala** cabe muita coisa, mochila não.
 b. **Televisão** estraga o botão de desligar, aparelho de DVD não.
 (exemplos 28a e 29a, de Munhoz & Naves, 2010)
 c. ...**uns lugares** chovem, outros fazem sol...

- (68) a. O pneu furou
 b. *Bate bastante sol

(exemplos 39 e 40, de Munhoz & Naves, 2010)

(b) o DP pós-verbal das construções genitivas deve ser definido, ou a sentença será agramatical (69a) enquanto nas construções locativas pode ou não ser definido:

- (69) a. *Essa televisão estragou botão de desligar
 b. Meu tênis grudou chiclete

(exemplos 34b e 33, de Munhoz & Naves, 2010)

(c) leituras de culminação e progressão de evento são encontradas com construções genitivas, mas não as de estado permanente (70). Por outro lado, as locativas permitem as três leituras (71):

(70) Construções genitivas

- a. O jasmim amarelou as pontas (culminação)
 b. O jasmim tá amarelando as pontas (progressão)
 c. ? O jasmim amarela as pontas (estado)

(exemplos 35-37c, de Munhoz & Naves, 2010)

(71) Construções locativas

- a. A festa da minha sobrinha sobrou comida (culminação)
 b. Seu cabelo tá faltando queratina (progressão)
 c. Essa casa bate bastante sol (estado)

(exemplos 38a-c, de Munhoz & Naves, 2010)

É preciso destacar, contudo, que o fato de as construções genitivas apresentarem dois DPs (*o carro e o pneu; o jasmim e as pontas; etc*) não compromete a hipótese das autoras, já que elas assumem a análise de Lunguinho (2006) – numa crítica à proposta de PersonP, de Galves (1998). Segundo a proposta do autor, no caso dos tópicos-sujeito, não existiriam, na numeração, nem

a preposição que ligaria os dois DPs (*pneu do carro; pontas do jasmim; etc.*) e nem um *pro expletivo*. Na verdade, para ele, haveria um DP complexo do tipo [_{DP} [_{DP} o jasmim] [_{D'} as [_{NP} pontas]]], que seria separado em dois para a checagem dos traços- ϕ de T, checados contra os traços- ϕ do possuidor (*o jasmim*), que seria alçado a posição de [spec, TP] para a checagem do traço EPP de T.

Diante dessas distinções, as autoras propõem que, na verdade, estamos diante de verbos diferentes em cada uma das construções. Nas genitivas, teríamos um verbo inacusativo que possui apenas um argumento. Nas locativas, teríamos um verbo inacusativo que possui não um, mas dois argumentos, por elas chamados de inacusativos biargumentais. As construções de tópico-sujeito, portanto, seriam formadas por ambos os tipo de inacusativos, sendo que nas locativas haveria um DP *tema* e um DP *locativo*.

A partir desses dados, Munhoz & Naves (2012) conseguem distinguir entre os verbos inacusativos biargumentais (os das construções locativas) e outros tipos de verbos, ao mesmo tempo em que levantam comportamentos que caracterizariam aqueles. Para elas, os inacusativos biargumentais não são semelhantes aos inergativos porque estes não podem formar sentenças de tópico-sujeito (72); não são semelhantes aos transitivos porque estes permitem a passivização (73) e a cliticização, enquanto aqueles não permitem (74); por fim, não são semelhantes aos inacusativos monoargumentais (os das construções genitivas) porque estes não geram sentenças de tópico-sujeito com relação do tipo tema-locação, apenas com relação todo-parte. Os das construções locativas, por outro lado, não apresentam alternância causativa.

(72) Inergativo

- a. *A piscina do Sesc nadou os melhores da equipe

(exemplo 14c, de Munhoz & Naves, 2012)

(73) Transitivo

- a. A Livraria do Chiquinho vende livros acadêmicos
b. Livros acadêmicos são vendidos na/pela Livraria do Chiquinho

(exemplos 15a-b, de Munhoz & Naves, 2012)

(74) Inacusativo biargumental

- a. Essa casa bate bastante sol
- b. *Bastante sol é batido por essa/*nessa casa./*Essa casa é batida por bastante sol

(exemplos 16a-b, de Munhoz & Naves, 2012)

(75) Inacusativo monoargumental

- a. A Rita quebrou um copo
- b. O copo quebrou
- c. Quebrou um copo naquela pia
- d. *Aquela pia quebrou um copo

(exemplos 17a-d, de Munhoz & Naves, 2012)

Diante desses fenômenos, Munhoz & Naves (2012) e Pilati & Naves (2012) assumem uma explicação formal em que consideram a transferência de traços de C para T, segundo a proposta de Miyagawa (2010). Nesta proposta, haveria uma posição α situada entre as categorias C e T onde a referencialidade, nas línguas de tópico, poderia ser licenciada. Nas línguas de sujeito, por outro lado, a referencialidade seria licenciada em T. O PB, por ter comportamento ambíguo quanto a ser uma língua de tópico ou de sujeito, poderia, então, fazer uso de ambas as possibilidades.

Resumidamente, pode-se dizer que, quando os traços- ϕ de C são transferidos para T, essa categoria só pode atrair o verdadeiro sujeito, já que T deve atribuir Caso Nominativo: temos uma sentença de verdadeiro sujeito. No entanto, se os traços- ϕ de C forem transferidos para α , qualquer DP pode ser atraído para esse posição, já que α não tem traço de Caso a atribuir: temos, então, uma estrutura de tópico-sujeito.

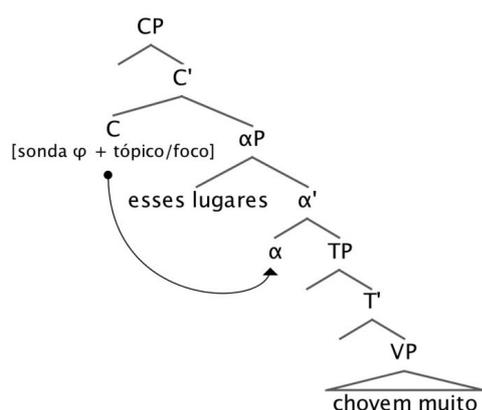
4.4.2.1.**Verbos meteorológicos e a hipótese da inacusatividade biargumental**

Diante da proposta de Munhoz & Naves vista acima, somos tentados a imediatamente fazer uma aproximação entre os verbos meteorológicos e os inacusativos biargumentais, já que os meteorológicos, assim como os

biargumentais, estão se apresentando em estruturas de tópico-sujeito em que a concordância do verbo ocorre com um sintagma de natureza locativa (ou temporal). Como discutido acima, esse tipo de estrutura não é possível com verbos inergativos, a categoria a que os verbos meteorológicos deveriam pertencer.

O problema básico que temos com essa aproximação é o fato de que, com verbos meteorológicos, não temos dois argumentos como nos inacusativos biargumentais. Na verdade, sequer podemos afirmar com convicção que o sintagma locativo/temporal relativizado é um argumento. Por outro lado, não podemos simplesmente aproximar os verbos meteorológicos dos inacusativos monoargumentais, pois estes não permitem a geração de sentenças com relação tema-locação, mas é justamente este tipo de sentença que ocorre com os meteorológicos.

Seja como for, a ideia da transferência de traços de C para T parece interessante, sobretudo se pensarmos que a posição α aparece na mesma configuração estrutural que as demais posições postuladas para o tópico, entre C e T. Assim, no caso dos verbos meteorológicos, seria possível pensar que os traços- φ de C são transferidos ora para α , quando temos a concordância e a estrutura de tópico-sujeito, ora para T, quando não temos a concordância.



4.4.3.

Resumo da seção 4.4

A seção 4.4 pode ser resumida como se segue:

A proposta de Avelar & Galves (2011) para o PB, de que esta língua seria φ -

independente e, por isso, poderia permitir que [Spec, T] possa ser projetado antes da concatenação de C à estrutura parece ser um modo elegante de lidar com o caso da concordância em verbos meteorológicos. Segundo essa visão, os elementos locativos e temporais com os quais o verbo concorda estariam efetivamente alocados em [Spec, T] e daí disparariam a concordância do verbo. Observe-se que, ao contrário do que vinha sendo postulado na literatura, segundo essa proposta não haveria uma posição independente para abrigar o tópico, como AgrP ou PersonP (Galves, 1996; 1998; 2000). Vimos, ainda, a proposta de Munhoz & Naves (2010; 2012), em que é postulada, como Galves havia feito anteriormente, uma categoria extra para a posição do tópico, no caso, α P. É interessante destacar aqui, contudo, a distinção entre os tipos de verbos inacusativos (mono e biargumentais).

4.5.

As orações relativas não padrão do PB

Pelo menos desde o trabalho seminal de Tarallo (1983) que as orações relativas do PB vêm sendo divididas em três grupos distintos. Para esse autor, o que se tem no PB é, resumidamente, a presença de três estruturas relativas: a padrão (ou *pied-piping*) e duas estruturas não padrão, as relativas copiadora e cortadora. As orações relativas padrão (76a) se caracterizariam pela manutenção, junto ao pronome relativo, da preposição exigida pela regência do verbo; as não padrão, pelo apagamento dessa preposição, sendo que, na copiadora (76b), o sintagma preposicionado permaneceria na posição de origem, mantendo junto a ele um pronome cópia ou resumptivo. Na cortadora (76c), haveria o corte da preposição junto ao pronome relativo e a presença de um pronome nulo na posição de origem.

- (76) a. O número [**para o qual** você ligou] não pode atender no momento
 b. O número [**que** você ligou **pra ele**] não pode atender no momento
 c. O número [**que** você ligou [_]] não pode atender no momento

Para Mollica (1977, *apud* Kenedy, 2008) as orações relativas padrão não

fariam parte da língua portuguesa efetivamente falada no Brasil. Tarallo (*apud* Kato, 1996), por sua vez, parece confirmar esta ideia, afirmando que a estratégia cortadora seria a mais produtiva no PB, sendo a copiadora pouco utilizada. A tese de Correa (1998) confirma essas hipóteses através de uma pesquisa com alunos, mostrando que eles passam a dominar a estratégia padrão apenas quando estão no Ensino Superior⁶⁰. Essa pouca utilização talvez possa ser explicada se considerarmos a hipótese levantada por Kenedy (2008) de que as relativas padrão não fazem parte da “competência linguística natural dos indivíduos”, pois violariam o princípio Move F – ou Princípio de Convergência –, devendo, por isso, ser descartadas antes de alcançarem a Forma Fonética no curso da derivação. Dessa forma, essa estrutura seria típica da cultura escrita. Produzi-la na verdade não passaria de uma habilidade cultural dos falantes e não uma habilidade estritamente linguística⁶¹.

60 Cf. as Tabelas 4.1: *Distribuição dos tipos de relativa por série do 1.º grau, não-escolarizados e falantes universitários em narrativas orais* e 4.4: *Tipos de relativa por nível de escolaridade em narrativas escritas*, ambas em Correa (1998).

61 Essa nos parece ser uma hipótese um tanto radical por parte do autor. Primeiro, porque, em termos teóricos, o autor está postulando um novo conceito (*sentenças antinaturais*) que tende a tornar a noção de agramaticalidade (*sentenças agramaticais*) mais vago e impreciso. De acordo com o autor, as relativas padrão seriam antinaturais nas línguas humanas porque violariam certo princípio. Porque então seriam agramaticais as demais sentenças? Não seriam chamadas de agramaticais justamente porque violam determinados princípios da gramática? Como distinguir, então, entre os dois conceitos? Não caberiam ambos sob o mesmo rótulo? Por isso acreditamos que, com o desenvolvimento natural de novos aparatos teóricos, tal distinção talvez emergisse, mostrando que essas sentenças são – ou foram em algum momento – verdadeiramente gramaticais.

O segundo problema em postular que as orações relativas padrão são antinaturais é de natureza empírica. A nosso ver, parece claro que os falantes de PB, por exemplo, tratam de maneiras distintas sentenças como (i), que é claramente agramatical e inaceitável e (ii), uma relativa padrão que, nos parece, é perfeitamente compreendida por qualquer falante do PB, mesmo não escolarizado.

(i) *Cozinha feijão

(ii) A menina de que eu gosto

Devido a essa diferença quanto aos julgamentos dos falantes, talvez seja precoce assumir que as relativas padrão sejam provenientes apenas da escolarização, não pertencendo à competência linguística dos falantes. É claro que um tratamento nessa linha precisa considerar as evidências experimentais resenhadas – e apresentadas – por Kenedy (2008), que mostram que o julgamento dos falantes em relação às relativas padrão é diferente do julgamento em relação às relativas não padrão. Tais evidências tornam pouco robusta a nossa segunda crítica. No entanto, tais evidências só puderam ser obtidas com falantes atuais da língua. Em outros momentos da evolução do PB, não teriam sido tais sentenças percebidas diferentemente? E não haveria diferenças entre o julgamento de sentenças como (i) e (ii)? Uma resposta a estas perguntas poderia lançar alguma luz sobre a questão. Escapam, porém, à natureza desta dissertação.

(A primeira das críticas aqui apresentada foi por mim desenvolvida após conversa informal com o Prof. Ricardo J. Lima (UERJ), a quem agradeço. Caso não corresponda à sua visão,

Um outro aspecto importante a se ressaltar no tratamento que é dado às orações relativas não padrão está relacionado à natureza do elemento que introduz a encaixada. Segundo Tarallo (1983), este elemento (*que*) seria um complementizador, aproximando-se, portanto, das chamadas conjunções integrantes da Gramática Tradicional (GT), introdutoras de orações substantivas. Kato (1996) [1993], porém, indo na contramão de Tarallo, afirma ser esse elemento, na verdade, um pronome relativo, como já vinha sendo visto na literatura desde há muito, inclusive na GT. Levantando dados diacrônicos, a autora apresenta evidências fortes para confirmar a sua hipótese, principalmente ao mostrar que, no português arcaico, pronomes relativos com marca de caso clara (*quem*) poderiam encabeçar sentenças nas quais figura um pronome resumptivo. Ora, visto que complementizadores não carregam marcas de caso, tais termos só poderiam ser, mesmo, pronomes relativos. Aplicando tal evidência às relativas do PB atual, a autora conclui que o *que* introdutor da encaixada é, portanto, mesmo em relativas copiadoras, um pronome relativo sem marca fonológica de caso.

4.5.1.

O modelo *Raising* de geração de relativas

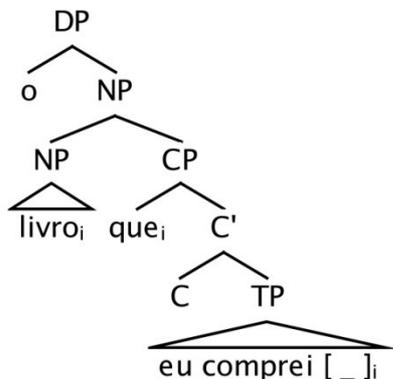
Três principais modelos têm sido sugeridos na literatura linguística para a geração de orações relativas no arcabouço gerativista: a *Head External Analysis*, a *Head Raising Analysis* e a *Matching Analysis*. A seguir, apresentamos uma visão geral das três.

Na *Head External Analysis*, (i) o nome a ser relativizado é gerado como complemento de um determinante fora do CP em que se encontra a oração relativa; (ii) esta, que foi gerada como complemento do verbo, é adjungida à direita desse nome; e (iii) o pronome relativo (ou um operador nulo, caso este não exista, como em algumas relativas do inglês, por exemplo) é movido da posição de complemento do verbo da relativa para [Spec, CP] (movimento A') e indexado ao nome relativizado. A representação (78), abaixo, ilustra a estrutura resultante dessas etapas:

porém, assumo por ela inteira responsabilidade.)

(77) [DP o [NP livro_i [CP que_i [C C [TP eu comprei [_]_i]

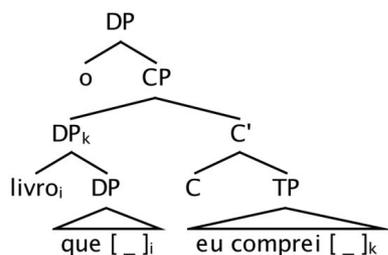
(78)



Na *Head Raising Analysis*, por outro lado, (i) o CP (e não o NP) é gerado como complemento do determinante externo; (ii) o nome a ser relativizado, então, é gerado no interior da relativa, formando o conjunto [pronome relativo + nome relativizado]; (iii) esse conjunto é movido da posição de complemento do verbo da relativa para [Spec, CP] (movimento A'), onde há um novo movimento do nome relativizado, que se adjunge ao DP que contém o pronome relativo. A representação (80), abaixo, ilustra a estrutura resultante dessa derivação⁶².

(79) [DP o [CP [DP_k livro_i [DP que t_i [C C [TP eu comprei [_]_k]

(80)



62 Conforme apontado por Miranda (2008: 24-25) há diversas propostas de derivação de orações relativas que são chamadas de *Head Raising Analysis*. Segundo a autora, a única característica que todas elas têm em comum é a ideia de que o nome relativizado é gerado no interior da relativa. Elas divergem, porém, quanto a vários outros aspectos: a posição para onde o conjunto [nome relativizado + pronome relativo] se move (se para dentro de CP ou se para fora dele); o tipo de relação estabelecida entre o nome relativizado e o pronome relativo (se adjunção ou complementação); e a natureza do elemento relativizado (se um NP ou um DP). Como estamos assumindo, nesta dissertação, a proposta de Kayne (1994), que detalharemos mais à frente ainda nesta seção, descrevemos a *Head Raising Analysis* segundo essa visão. Para o leitor interessado nas outras propostas, bem como numa revisão detalhada dos modelos de geração de relativas, sugerimos o segundo capítulo da dissertação de Miranda (2008).

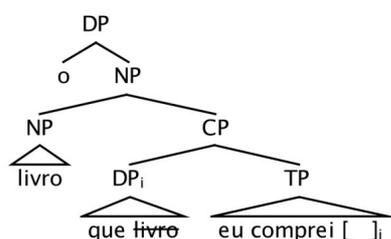
Uma vez que o nome relativizado é gerado no interior da relativa, pode-se dizer que uma sua representação permanece no interior desta, onde pode ser interpretada. No caso da *Head External Analysis*, como o nome relativizado foi gerado fora da relativa, o pronome relativo tem de ser a ele indexado, tornando o processo mais complexo.

Por fim, na *Matching Analysis*, (i) o nome relativizado é gerado fora da oração relativa como complemento de um determinante; (ii) o CP em que se encontra a oração relativa é adjungido a este nome (pressupostos que compartilha com a proposta *Head External Analysis*); e (iii) existiria, porém, uma representação – interna à relativa – do nome relativizado, que seria complemento do pronome relativo (pressuposto compartilhado com a *Head Raising Analysis*). Essa representação interna seria apagada, já que é idêntica à representação externa ao CP, fenômeno denominado *deletion under identity*. As representações em (81) e (82), abaixo, ilustram a estrutura gerada a partir desse tipo de análise.

A *Head Raising Analysis* tem sido utilizada por muitos linguistas na descrição das sentenças relativas (veja, por exemplo, Kato & Nunes, 2009 e Kenedy, 2007, para o caso das relativas do PB). Isso acontece sobretudo devido à assunção, por Chomsky (1995), do Axioma da Correspondência Linear, de Kayne (1994). Essa proposta, como postulado por Kato & Nunes (2009), será aqui adotada, a qual retomamos na próxima seção.

(81) $[_{DP} \text{ o } [_{NP} \text{ livro } [_{CP} [_{DP_i} \text{ que livro }] [_{TP} \text{ eu comprei } [_]_i]]]]$

(82)



4.5.2.

A geração de relativas não padrão do PB

Assumindo a *Raising Analysis*, Kato & Nunes (2009), seguindo a proposta de Kato (1996) [1993], argumentam que há duas possibilidades para a geração de relativas no PB. Para as relativas padrão, em que há *pied-piping* e efeitos de ilha,

os autores argumentam que a geração se dá a partir de uma posição argumental no interior da sentença, como a posição de sujeito, por exemplo, como ilustra a representação em (83).

- (83) [Aquelela _{CP} [_{DP} pessoa_i [_{DP} que [_]_i]]_k [_{CP} C [_{TP} [_]_k comprou o livro]]]]
 (exemplo 50a, de Kato & Nunes, 2009)

Para as relativas não padrão, sem *pied-piping* e sem efeitos de ilha, por outro lado, a relativização se daria a partir de uma posição não argumental. Mais especificamente, a partir da posição de *Deslocamento à Esquerda* (DE), estruturalmente localizada acima de TP e abaixo de CP. Nesses casos, a estrutura seria como (84), abaixo:

- (84) Eu tenho [uma [_{CP} [_{DP} amiga_i [_{DP} que [_]_i]]_k [_{CP} C [_{DE} [_]_k [_{TP} ela_i é muito engraçada]]]]]]
 (exemplo 51a, de Kato & Nunes, 2009)

Observe-se que o DP [*que amiga*], marcado pelo índice k, foi alçado da posição de LD, acima de TP, em (84); mas que o DP [*que pessoa*], também marcado com o índice k, foi alçado de dentro do TP, em (83). Em (84), como em todo caso de DE, há um pronome no interior da sentença ao qual o elemento deslocado à esquerda é correferente.

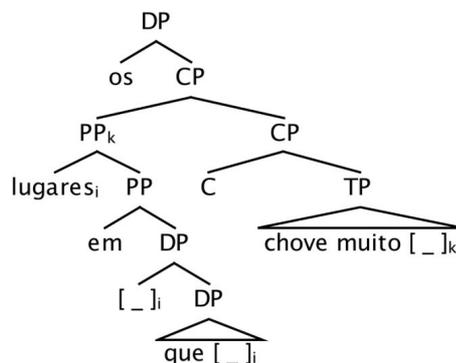
4.5.3.

Verbos meteorológicos em orações relativas

Os verbos meteorológicos, então, quando em orações relativas, devem seguir geração proposta por Kato & Nunes (2009). Se assim for, para o caso de sentenças como (85), abaixo, uma relativa padrão com *pied-piping*, teríamos uma representação como (86). Nesse caso, o elemento nominal é relativizado a partir do interior da sentença (em adjunção a VP, para o caso dos locativos), sendo alçado à posição de adjunção a CP. A preposição junto ao pronome relativo deve, aqui, ser mantida.

(85) Os lugares em que chove muito

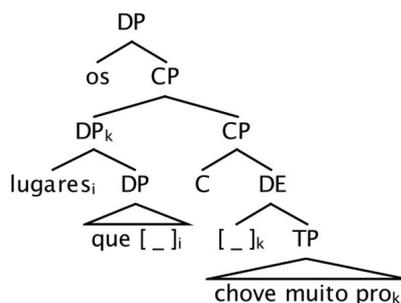
(86)



No entanto, para os casos de relativas não padrão, em que não há *pied-piping* e nem efeitos de ilha, como para a sentença (87), teríamos a representação em (88), na qual a relativização teria ocorrido da posição de Deslocamento à Esquerda (DE), uma posição não argumental. Uma vez que DE não pode ser um elemento preposicionado, não haveria qualquer tipo de *pied-piping*, já que não haveria qualquer tipo de preposição a ser cortada.

(87) Os lugares que chove muito

(88)

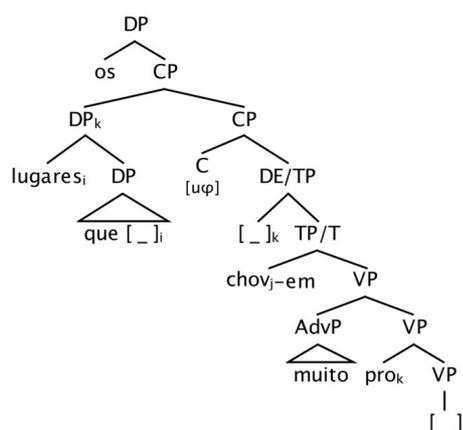


Dito isto, podemos pensar em como a concordância do verbo no interior de uma relativa poderia se dar com um sintagma fora da relativa. Lembre-se que, conforme postulado por Avelar & Galves (2011), se T, em PB, é uma categoria φ -independente, [Spec, T] é projetado antes da concatenação de C e, quando este é projetado, o tópico já está alocado em [Spec, T], disparando a concordância. Bastaria apenas, então, que a relativização se desse a partir dessa posição que,

segundo os autores, é uma posição A'. Ficaria explicado, portanto, o processo de concordância e também a não ocorrência de efeitos de ilha nas relativas não padrão. Assim sendo, uma sentença como (89), abaixo, poderia ser estruturalmente representada por (90).

(89) Os lugares que chovem muito

(90)



Observe-se que, se tomamos a posição abaixo de CP como DE, ou seja, de *Deslocamento à Esquerda* (DE), a posição logo abaixo, na qual o verbo é alocado, seria TP. Por outro lado, se consideramos que a posição logo abaixo de CP é TP, temos que a relativização se dá a partir de [Spec, T] e o verbo está alocado no núcleo de T. A proposta de Munhoz & Naves (2010; 2012), de que haveria uma posição α P que abrigaria o tópico poderia também ser postulada. Nesse caso, a configuração estrutural seria semelhante à de DE.

Há duas questões centrais que ficam pendentes aqui. A primeira está relacionada à natureza da categoria em que o locativo ou temporal está alocado. Pelo que a literatura argumenta, duas possibilidades se colocam: ou há uma posição independente entre CP e TP na qual o tópico é alocado (α P, por exemplo) ou não há tal posição, e o tópico é, na verdade, alocado em [Spec, T].

4.5.4.

Resumo da seção 4.5

A seção 4.5 pode ser resumida como se segue:

Nesta seção, buscamos apresentar a discussão que vem sendo feita quanto às orações relativas do PB. Apresentamos os três tipos de relativas encontradas nessa língua e descrevemos o modelo *raising* de geração. Além disso, adotamos a proposta de Kato & Nunes (2009) de que as orações relativas não padrão do PB são geradas a partir de uma posição de Deslocamento à Esquerda. Com isso, conseguimos fornecer uma explicação plausível para a geração de sentenças com verbos meteorológicos em que há concordância do verbo com um sintagma locativo-temporal.

4.6.

Conclusões

Neste capítulo, afirmamos que as relativas com verbos meteorológicos aqui estudadas precisam ser consideradas à luz da proposta de geração de relativas não padrão do PB, ou seja, de que o elemento relativizado ocupa uma posição A' à esquerda da sentença. Essa proposta é interessante porque essa posição pode ser justamente aquela em que o tópico está alocado, isto é, uma posição entre CP e TP, como a posição αP , proposta por Munhoz & Naves (2010, 2012), Munhoz (2011). Essas autoras, também, apresentam uma distinção interessante entre dois tipos de verbos inacusativos, os mono e os biargumentais. A nosso ver, os meteorológicos poderiam, de certo modo, serem aproximados dos inacusativos biargumentais, já que, como estes, estariam estabelecendo a concordância com um sintagma de natureza locativa.

Tendo em vista tais questões, no próximo capítulo apresentaremos um experimento de julgamento de gramaticalidade em tarefa de leitura automonitorada em que contrastamos verbos meteorológicos com inacusativos de ambos os tipos e com verbos inergativos, nos quais a concordância com um tópico não pode ser estabelecida na gramática do PB. Esperamos, com isso, obter evidências mais seguras de que o fenômeno aqui em estudo não é, realmente um caso de lapso de concordância, mas que seria, enfim, licenciado pela gramática da língua.